



Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon-MG)

TRANSCRIÇÃO DO

15º ENCONTRO SOBRE CONSUMO E REGULAÇÃO

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

- Câmara Governamental Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional de Minas Gerais (CAISANS/MG)
- Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais (CONSEA/MG)
- Prefeitura Municipal de Ribeirão das Neves



3 DE MAIO DE 2018

LOCAL

Auditório Vermelho da Procuradoria-Geral de Justiça
Av. Álvares Cabral, 1.690 - 1º andar

**Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor
PROCON-MG**

**15º ENCONTRO SOBRE CONSUMO E REGULAÇÃO
Segurança alimentar e nutricional**

3 de maio de 2018

PROGRAMAÇÃO

13h30 - Credenciamento

13h50 - Abertura

Antônio Sérgio Tonet - Procurador-Geral de Justiça

14h - *Organização da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional*

Helvécio Miranda Magalhães Júnior - Secretário de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (Seplog) e Presidente da CAISANS/MG

14h40 - *O Controle Social da Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional*

Maria Aparecida Rodrigues de Miranda - Secretária Executiva do CONSEA-MG

15h20 - *Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional em Ribeirão das Neves: uma experiência de sucesso*

Leonardo Koury Martins - Assistente Social no Banco de Alimentos de Ribeirão das Neves e Professor no curso de Serviço Social no Centro Universitário Unihorizontes.

16h - Intervalo (30 min)

16:30 - Esclarecimento de dúvidas (1h30)

18h - Encerramento

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Eu quero agradecer a presença de todos, agradecer a presença dos nossos convidados para o 15º Encontro Sobre Consumo e Regulação, Segurança Alimentar e Nutricional. É um evento que, como de costume, tem o objetivo de debater temas que se referem à defesa do consumidor com autoridades públicas e com a sociedade, o que é mais importante.

Agradecendo a presença de todos, eu gostaria de passar a palavra ao Dr. Antônio Sérgio Tonet, que é o procurador-geral de Justiça de Minas Gerais, do Ministério Público, para que ele possa fazer a sua fala de abertura.

SR. ANTÔNIO SÉRGIO TONET: Muito boa tarde a todos e a todas. Eu gostaria de saudar inicialmente o Sr. Helvécio Miranda Magalhães Júnior, Secretário de Estado e Planejamento e Gestão de Minas Gerais, Seplag, e também presidente da Câmara Governamental Interinstitucional de Segurança Alimentar de Minas Gerais. É uma honra tê-lo presente e, inclusive, como palestrante desta tarde. Cumprimentar a Sra. Maria Aparecida Rodrigues de Miranda, secretária executiva do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais. Muito obrigado pela sua presença, é uma honra tela conosco aqui também. Cumprimentar o Dr. Leonardo Kouri Martins, assistente social no banco de alimentos de Ribeirão das Neves e professor no curso de serviço social no Centro Universitário Unihorizontes. O Sr. Leonardo nos trará uma experiência muito rica desenvolvida em Ribeirão das Neves. Cumprimentar também o procurador de Justiça e amigo Afonso Henrique de Miranda Teixeira, que é diretor do Centro Operacional das Promotorias de Justiça de Conflitos Agrários. Cumprimentar o Dr. Amauri Artimos da Matta, diretor-executivo do Procon, e também a sua equipe, nas pessoas das servidoras Rafaela e Izabella, pelo excelente trabalho que vem sendo desenvolvido tanto na escola quanto na administração do Procon.

Cumprimentar o Dr. Rodrigo Filgueira também, promotor do consumidor, especialista em segurança alimentar. Cumprimentar os servidores do Ministério Público. Cumprimentar a sociedade civil que se encontra aqui presente, representantes municipais de diversos municípios como Sete Lagoas, João Felício, nós temos profissionais da saúde de diversos setores. Nós temos a aposentada Maria Terezinha também, que comparece aqui neste evento demonstrando que a sociedade como um todo está preocupada com a segurança alimentar e nutricional.

Esse tema é muito importante para a sociedade, para o Ministério Público, tanto é que já foi objeto de diversos cursos, inclusive como ele está relacionado diretamente com a saúde, ele compõe o nosso planejamento estratégico feito para 13 anos de atuação, de 2010 a 2023, e também todos os promotores de Justiça do Estado de Minas Gerais elegeram esse tema: segurança alimentar e nutricional, como prioridade no nosso plano de atuação para os anos de 2018 e 2019. Então, é um tema riquíssimo que interessa a todos.

O Ministério Público, por exemplo, tem desenvolvido, tem traçado alguns objetivos. Eu diria exemplificadamente seis objetivos, não é, que serão perseguidos nesse contexto.

Em primeiro lugar, disseminar ao público interno e externo o conhecimento sobre a segurança alimentar e nutricional, inclusive junto aos órgãos que compõem o sistema educacional de defesa do consumidor.

Em segundo lugar, monitorar e reprimir no âmbito estadual a colocação no mercado de consumo por produtores de arroz e feijão, de bens impróprios ao uso e ao consumo.

Em terceiro lugar, diagnosticar em cinco municípios do interior do Estado os problemas existentes na revenda de alimentos em açougues, feiras livres e padarias, além dos relacionados à carne de sol e queijos.

Depois, um outro objetivo, ouvir a sociedade e as instituições interessadas. Elaborar roteiro de fiscalização. Fiscalizar o mercado de consumo e adotar as medidas cabíveis contra infratores.

E, por último, permitir com os roteiros de atuação elaborados que as Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor, nas diversas comarcas do estado, atuem nessas áreas de modo estratégico e harmônico.

Nesse contexto, o Procon Estadual, que já foi dirigido pelo Dr. Antônio Joaquim, aqui presente também para a nossa alegria e, hoje, trabalha e desenvolve uma importante atividade na Procuradoria de Direitos Difusos, que está relacionada diretamente em defesa do consumidor, em Segunda Instância, então nós salientamos que no dia 15 de março, no Dia Mundial do Consumidor, o Procon organizou e realizou um evento intitulado 'Consumo consciente- Boas escolhas alimentares'. Então, nesse contexto é uma matéria que está na pauta do Ministério Público do Estado de Minas Gerais para que possamos, realmente, colocar esses objetivos à disposição do consumidor.

Por outro lado, garantindo aos cidadãos uma segurança alimentar e nutricional, esses mesmos órgãos públicos, todos responsáveis pela defesa do consumidor, integrantes do Estado Brasileiro,

viabilizam um direito social de igual envergadura, previsto na Constituição Federal, qual seja, o direito à alimentação adequada assim definido na lei federal que instituiu o Sistema Nacional de Segurança Nutricional.

E essa lei federal também foi reproduzida no contexto do Estado de Minas Gerais, a Lei Estadual nº 22.806/2017, recentemente aprovada, definiu que consiste... A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultura, econômica e socialmente sustentáveis.

E já antecipando alguns pilares, não é, alguns valores fundamentais do consumidor, não apenas diretamente relacionado com a segurança alimentar, que será objeto da manifestação do Dr. Helvécio, eu alinho aqui alguns valores da segurança alimentar, não é? O acesso que a população deve ter aos alimentos em quantidade suficiente para viver com dignidade; a necessidade de as pessoas seguirem hábitos alimentares saudáveis, com respeito à cultura do povo brasileiro e à sua diversidade; a necessidade de o governo incentivar as práticas produtivas ambientalmente sustentáveis, como, por exemplo, a agroecologia e a produção de alimentos orgânicos; a necessidade de o governo incentivar a agricultura familiar, com práticas produtivas adequadas, gerando alimentos saudáveis para a população e benefícios econômicos e sociais para as famílias e municípios envolvidos.

Também nós teremos aqui, como já disse, uma experiência muito exitosa no município de Ribeirão das Neves.

E antes de passar a palavra ao Dr. Helvécio para tratar, para discorrer sobre a política de implementação estadual de segurança alimentar e nutricional no estado, sua promoção, articulação e integração no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública estadual, tenho o prazer de passar a palavra e, antes de passar essa palavra, eu gostaria de fazer algumas reflexões também.

Nós vivemos num país em que a concentração de riquezas atinge taxas e proporções alarmantes. E a concentração de riquezas, ela é proporcional à pobreza de um país. Nós temos, no Brasil, milhões de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza. E a questão alimentar, o acesso à terra, o acesso à casa própria é algo que nos preocupa muito. Essa tragédia que ocorreu em São Paulo, agora, há poucos dias, nos convida a uma reflexão muito importante. Ali nós tínhamos pessoas sem casa, sem teto, provavelmente sem uma alimentação digna, não é? Eu não diria nem a questão da segurança alimentar propriamente dita, que nós cuidamos aqui, muitas vezes de um modo muito técnico, muito abstrato. Eu

digo da questão da concretude dessa realidade, de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza e, portanto, sem uma alimentação adequada.

Então, nesse sentido eu convido a todos a essa reflexão importante, porque o alimento está muito relacionado com essa situação, a ausência de oportunidades, a maioria da população brasileira. Então, nesse contexto o Ministério Público tem um dever inesgotável na atuação de defesa das políticas públicas, não é? Ao meio ambiente saudável, à dignidade da pessoa humana na vertente de direitos humanos, a defesa do consumidor, não apenas o consumidor clássico, o consumidor voltado para o seu interesse individual, mas na perspectiva de um direito coletivo, de um direito difuso maior.

Então, com essas considerações, eu gostaria de dar as boas-vindas a todos os participantes desse seminário. Mais uma vez parabenizar o Dr. Amauri por essa iniciativa, parabenizar todo o Procon e seus servidores e dizer da nossa satisfação e alegria em passar a palavra ao Dr. Helvécio Miranda Magalhães. E me desculpar que eu vou poder ficar mais um pouco com vocês. Mas, em razão da minha agenda, daqui a pouco eu terei que me retirar e, infelizmente, não poderei participar de todo o evento como deveria ser.

Muito obrigado e tenham uma boa tarde. Um bom evento a todos.

[aplausos]

SR. HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES: Bom, boa tarde a todos e a todas. Eu queria saudar o meu caro amigo procurador-geral de Justiça, o Dr. Tonet, os procuradores aqui presentes, de longa data, de profícua convivência na época da Secretaria Municipal de Saúde, está aqui o Antônio Joaquim, hoje da Procuradoria dos Direitos Difusos, o Rodrigo, que está ali. Eu estava te procurando, viu, Rodrigo? Você está aí meio escondidinho. Só eu mesmo para gostar dos promotores da saúde, né?

Mas, enfim, foi um tempo de muita construção nós tivemos aqui, inclusive com muita produção. O Amauri, o nosso coordenador e diretor-executivo do Procon, a Cida e o Léo, que vão abrilhantar esse debate. E uma saudação carinhosa e especial ao querido amigo procurador Afonso Henrique. Eu e o Afonso temos estados em muitas batalhas juntos. Às vezes virtualmente, não é? Não é, Afonso? Às vezes de perto, fisicamente, mas na defesa aí do direito à terra, do direito à dignidade do homem do campo, dos assentamentos, da transformação em núcleos organizados com escola, saúde, educação, infraestrutura. E, também, por último, mas sem menor importância, o meu caro amigo Baeta, chefe de gabinete do procurador-geral, obrigado pela presença.

Bom, eu vou, viu, procurador Tonet e Renato, fazer uma desculpa pública. Eu já fiz ao Renato

anteriormente, por uma indelicadeza que eu vou ter que cometer também por conta de agenda. Eu pedi para inverter um pouquinho, especialmente o Léo e a Cida, que são de casa. O Léo se bandeou para um ente federado mais próximo da realidade e mais importante que é o município, mas esteve conosco no estado, e a Cida, que é a secretária-executiva do Consea, que também nessa atribuição de agendas eu tenho uns compromissos com o governador me colocou, então eu vou... eu pedi licença ao Renato para fazer a minha apresentação, evidentemente ouvir as manifestações, depois eu vou ter que me ausentar, e foi permitido pela Mesa. Mas me desculpar por essa indelicadeza.

Bom, deixa eu ir passando. Eu vou tentar ser muito breve. Eu já falo demais. Esse tema - e pedindo evidentemente desculpas, não desculpas, mas só para colocá-lo na nossa visão - e, evidentemente, reconhecendo e agradecendo ao Ministério Público, ao Procon, à Procuradoria-Geral esse espaço. Ele é de extrema importância. É absolutamente estratégico. A ressonância disso em todas as comarcas, em todas as atuações dos promotores, em todas as comarcas de Minas e em todos os municípios por derivação é muito importante. Mas nós queremos - e é a nossa visão - ainda que com o caráter também difuso e de direito do tema do consumidor, mas tratar o tema da segurança alimentar e nutricional na lógica do cidadão. Na lógica do direito à cidadania e a seguir, evidentemente, também como consumidor. Eu gostei desse conceito, eu vou estudá-lo, do consumidor individual e coletivo também. Mas do ponto de vista de um direito reafirmado com principalidade nos últimos anos, agora com algum arrefecimento, no Brasil como referência mundial.

Então, é nessa lógica que transcende o conceito da saúde integral, que temos também, felizmente, no caso brasileiro, de trilhar como direito à saúde também como uma conquista dos brasileiros e brasileiras, o tema da segurança alimentar e nutricional.

Eu costumo dizer que o Sistema Único de Saúde é uma filha da Constituição de 88, que agora faz 30 anos, e, portanto, ela é irmã da democracia brasileira gerada na mesma, evidentemente, depois de muita luta, gerada na mesma ou formalizada na mesma Constituição. E a seguir derivado dessa luta e de várias outras lutas do povo brasileiro, nos seus movimentos sociais, organizados ou não, o direito à introjeção para o arcabouço legal brasileiro do direito à alimentação humana adequada.

Evidentemente que também é inter-relacionado, como eu disse aqui, o procurador Tonet também, a questão da terra, do direito à terra, ao uso social da terra, a questão da água, da qualidade do meio ambiente, tudo isso que, entrelaçado, sem nenhuma arrogância do setor saúde, sintetiza a busca pela saúde integral, individual e coletiva.

Então, é nessa perspectiva que eu quero colocar. Eu também não quero deixar de fazer menção,

vocês são mais entendidos do que eu nisso, mas o tema é absolutamente antigo, né, da questão da segurança ou da insegurança alimentar e nutricional. Ele vem sendo conduzindo ao longo das décadas com acúmulos sucessivos, inclusive conceituais, e desde especialmente a década de 90, que chefes de Estado se comprometem com a redução da fome, que é um flagelo ainda presente, ele não está longe. E nós vamos falar um pouquinho a seguir. Qualquer descuido volta como assunto cada vez mais relevante para nós todos, infelizmente. Tem essa Marca da Cúpula Mundial da Alimentação, em 1996, o Brasil desde então é participante ativo e depois se tornou referência, felizmente, desse tema. E com dados que são absolutamente, pelo tamanho do Brasil, tudo aqui é gigantesco, né? Por isso que comparar o Brasil com vários países às vezes é injusto, porque a dimensão dos nossos problemas, ela se torna exponencial, vis-à-vis o tamanho continental, a diversidade e, evidentemente, os conteúdos como o Tonet disse, da desigualdade, das suas raízes históricas. Mas nós estamos falando de milhões, não é? Se a gente considerar esse dado de 2009, que ele pode, depois ele melhorou e pode ter piorado, mas, evidentemente, ainda é menor do que isso, que chegamos a ter muito menos, mais de 60 milhões de brasileiros e brasileiras não se alimentando adequadamente. Isso significa um Reino Unido inteiro. Então, para dar a dimensão de como o Brasil tem posições que levam a muita complexidade.

Esses são alguns dos dados, evidentemente que é de conhecimento mais público, vai ficar aí disponível. E nós temos uma experiência, baseado na experiência e na centralidade da política de segurança alimentar, que o presidente Lula, ao assumir, em 2003, trouxe o tema para dentro do Palácio do Planalto, ao assumir que tinha fome no Brasil.

Isso foi motivo, inclusive, de constrangimento do Itamaraty. Isso eu participei de muitas discussões. Ao dizer que as embaixadas brasileiras no exterior tinham que assumir que era uma política governamental do novo governo brasileiro erradicar a fome. Que, portanto, ela existia. Portanto, teve muita contenda diplomática do Brasil nessa época ao assumir, e, evidentemente, com muito acalanto da Organização das Nações Unidas para a Alimentação, a FAO, e a Organização Mundial de Saúde, esse tema.

E políticas progressivamente mais consertadas, mais articuladas do Fome Zero, depois para uma política mais estruturante de segurança alimentar, mostrou que é possível erradicar a fome e avançar no direito à alimentação humana adequada. É possível. E o Brasil mostrou que é capaz de fazer, mostrou que com políticas, num momento de democracia plena, é possível avançar na segurança alimentar.

Mas são vários os dispositivos, várias as concertações necessárias da sociedade civil, dos movimentos sociais, das instituições, do Judiciário, do Ministério Público, do Legislativo e de todos os

entes federados. E, evidentemente, que nós conseguimos, ao formalmente sermos retirados do Mapa da Fome, uma conquista civilizatória, talvez comparável à conquista, ainda que em curso e permanentemente disputada, da democracia brasileira.

Portanto, esse é um aspecto central para nós, a luta pela insegurança alimentar e nutricional é uma luta também de cidadania e de reafirmação de que a democracia faz sentido na vida concreta das pessoas. Portanto, esse comparativo sempre entre segurança e insegurança é uma dialética de visões que tem que nos, a todo tempo, atormentar.

Eu quero fazer menção que o tema, contraditoriamente, nós temos, e isso faz parte da dinâmica brasileira, inclusive da transição demográfica e da transição epidemiológica, convivermos, ao mesmo tempo, com fome e obesidade, não é? Com fome e sobrepeso. Portanto, a disfunção alimentar e nutricional, ela tem várias facetas convivendo na mesma família. Aliás, obesidade é um problema mais grave entre os pobres do que entre a classe média e os ricos. Então, é uma abordagem complexa, multidimensional e não é simplista abordarmos hoje o tema da segurança alimentar e nutricional.

Essa é uma agenda que é da saúde, mas ela perpassa claramente o setor saúde como a gente vai, na nossa política estadual, evidentemente também ancorada na experiência federal dos anos anteriores, mostrar como isso é possível.

Eu tive a oportunidade, no governo eleito da presidenta Dilma, no primeiro mandato, ser o secretário nacional de atenção à saúde, quando nós tivemos oportunidade de recriar a área da coordenação geral de alimentação e nutrição do Ministério da Saúde, trazendo para o centro do Ministério da Saúde, que sempre é ocupado com hospital, com emergência, com equipamento, com remédio, não é, com essa disputa toda da grande indústria, do grande capital, o tema da alimentação nutricional. A alimentação e nutrição. E como símbolo da nossa batalha para colocar isso na agenda do governo, a produção, que hoje é uma referência para o nosso orgulho mundial, é referência em vários países, para citar o Canadá, o Reino Unido, o Uruguai, o Guia Alimentar da População Brasileira, que é uma referência hoje cada vez mais, que ela vem... esse guia vem de um acúmulo institucional e de movimentos e da academia, especialmente a Faculdade de Saúde Pública da USP, para nos orientar nessa nova visão.

Também não vou ficar repetindo, só para chamar a atenção, essa é a nossa lei mãe da segurança alimentar e nutricional. Foi no primeiro governo do Presidente Lula, segundo governo, início do segundo governo, mas veio da política, veio da prática para a legalidade. Vamos dizer, isso foi um fecho do conjunto de ações que inclui transferência de renda, apoio às famílias, a toda a questão da terra, da

reforma agrária, da saúde, da Saúde da Família, da educação no campo, etc. E trazendo uma marca, que é sempre importante, a Cida vai abordar isso pelo Consea, que também a participação social é fundante, ela é hoje um dispositivo legal no Brasil.

Bom, eu já falei um pouco disso. Acho que a importância do Sistema Nacional, portanto, nós estamos falando de sistema, de segurança alimentar e nutricional, tem, necessariamente, que envolver toda a população, olhar para toda a população e sua diversidade e sua complexidade, não é, nessa diversidade, envolvendo todos os órgãos públicos da sociedade civil, Ministério Público, Judiciário, Legislativo. Eu acho que o tamanho do problema é de tal ordem que exige esse tipo de articulação muito grande.

A partir daí, os decretos regulamentadores. Esse é muito importante, porque traz para o bojo do Estado a responsabilidade por fomentar essas políticas, não é só do Estado, mas é papel e responsabilidade a ser cobrada, inclusive pelo Ministério Público, o papel do Estado em seus três níveis federados por essa política, porque ela precisa da atuação de todos. E, portanto, o plano de segurança alimentar é uma forma de organizar, sem muita burocracia, as ações e dar alguma visibilidade, alguma transparência para que seja possível acompanhá-la nos órgãos de controle, internos e externos, e pela sociedade civil. Então, é uma política global que tem um conselho, que é o Consea, no nível nacional, estadual e dos municípios, e um órgão no campo do Estado, das instituições nos três níveis federados, que é a Caisan. A partir da consecução do plano.

Para falar de Minas Gerais, não é nenhuma invenção, reinvenção da roda, Minas tem uma tradição, eu quero aqui fazer menção ao dom Mauro Morelli, que presidiu o Conselho Estadual de Segurança Alimentar até pouco tempo, continua nos assessorando informalmente, em várias atuações no governo do estado, e que precedeu, inclusive, toda a legalidade nacional com iniciativas desde o governador Itamar Franco, aqui em Minas Gerais. Então, é muito importante reconhecer esse histórico e esse acúmulo que o dom Mauro e continua batalhando, hoje centrado principalmente na nossa região da Serra da Canastra, juntando segurança alimentar e nutricional e meio ambiente e direito à terra, que a Consea acompanha também.

Então, vocês vejam que Minas, por decreto, precedeu em alguns anos, desde 1999, a criação do Consea. Em 2006, como o fôlego que o governo federal de então deu aos estados, fez com que essa questão da legislação estadual acontecesse em vários estados, eu acho que em todos os estados, e Minas também em 2006. Nós tivemos a par da nossa atuação em 2015 e 2016, é uma prioridade que o governador Fernando Pimentel nos deu desde o início do governo. Ouvimos isso demais na campanha

de 2014 rodando o estado, e esse acúmulo nosso, nesses dois anos, o Léo esteve conosco na secretária de desenvolvimento agrário, inclusive foi uma criação do nosso governo para atacar parte dessa questão também da segurança alimentar e nutricional, esse acúmulo gerou num grande debate com a sociedade civil o Consea, as conferências que fizemos municipais, regionais e uma grande conferência estadual em Minas Gerais. Um debate no Parlamento, a Lei nº 2. 2806, de 29 de dezembro de 2017, portanto, uma jovem lei, uma lei criança que nós temos que estar... estamos na fase final de regulamentação e que traz algumas características, que eu queria reforçar aqui, porque elas são conquistas acumuladas ao longo do tempo em Minas Gerais.

Primeiro, a instituição, a institucionalização do Consea e da Caisan em lei. Portanto, é lei em Minas Gerais hoje o Consea e a Caisan. A Caisan, só para voltar a falar, é o espaço governamental, no caso de Minas Gerais ela é presidida por mim, pela Secretaria de Planejamento, isso foi uma decisão do governador para trazer para as áreas-meio, que ficam só cuidando de número, de orçamento, de dinheiro, para... e de gestão interna, para uma área-fim central no governo. E, portanto, ela também está instituída em lei. Importante para nós, pela dimensão de Minas Gerais, a relevância das comissões regionais de segurança alimentar e nutricional. Nós somos muito grandes. Só como municípios ficamos muito pulverizados, é uma forma de estimular também os municípios se articularem regionalmente, não é? Isso também coerente com a nossa política de desenvolvimento, que é absolutamente regionalizada, dentro do Conselho que criamos a partir da formulação da academia, do Cedeplar da UFMG, os territórios de desenvolvimento, que são 17 em Minas Gerais, que tem ancorado todo o planejamento, o Plano Plurianual de Governo. O PPAG 2015/2019 foi todo feito a partir dos fóruns regionais e atualizado também em discussões regionais. Estamos hoje, por exemplo, em Belo Horizonte, fazendo uma reunião ampliada do Colegiado do Fórum Regional Metropolitano. E também amplia formalmente a participação de diversos setores, não é? Das organizações de trabalhadores, especialmente dos nutricionistas também, não só da saúde, dos movimentos sociais e, portanto, dá o arcabouço legal em Minas Gerais para o Sisan na lei estadual.

Outras questões para nós muito relevantes, eu quero aqui, sem entrar em muitos detalhes, eu fiz menção à criação... É uma decisão política em permanente construção, na contracorrente, lutando contra tudo e contra todos, com todas as dificuldades do mundo, no governo com todas as dificuldades orçamentárias e financeiras, mas uma afirmação, uma ação afirmativa da criação da Secretaria de Estado e de Desenvolvimento Agrário. Que tem trabalhado irmãmente com a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com a Emater, com a Epamig, com o IMA. Portanto, foi uma ação importante.

A criação não existia em Minas Gerais, mirando na experiência federal, como eu disse, da Câmara Governamental Intersectorial de Segurança Alimentar, coordenada pelo planejamento, envolvendo dezenas de secretarias e órgãos e onde a gente tem oportunidade de debater, de discutir e fazer as ações mais articuladas, e várias já em curso e com resultados no governo do estado.

Estabelecer as diretrizes econômicas, sócias econômicas e sustentáveis para o desenvolvimento do Pnae, que é fundamental. Esse espaço da escola, como um espaço educacional e espaço comprador da produção agrária em Minas Gerais, dentro do escopo é um Pnae... dentro do escopo e dos princípios do SAN, do Sistema de Alimentação e Nutrição, com a oferta de alimentação adequada, com os seus excedentes da produção familiar para a compra - eu vou falar disso mais à frente - da produção agrária local.

E também fazendo um giro importante da Emater, a Emater é muito legítima, ela é capilarizadíssima em Minas Gerais, ela está em praticamente... nós vamos chegar a mais de 800 municípios agora com o novo concurso, de focalizar a assistência técnica e a extensão rural nos produtores familiares, na agricultura familiar da faixa de renda menos favorecida.

Então, foram várias as políticas finalísticas, a partir dessa articulação central do governo. A principal delas que eu vou me deter um pouquinho, eu peço licença, a estratégia de enfrentamento da pobreza no campo, o Programa Novos Encontros, foi também uma forma de... num formato articulado, fazer uma intervenção especialmente sobre os pobres no campo em Minas Gerais, na zona rural.

Também a questão do fomento, da cultura alimentar articulada ao desenvolvimento da gastronomia em Minas Gerais. Nós temos um ativo em Minas Gerais chamado a gastronomia mineira, famosa internacionalmente, que sempre foi muito citada, muito literária, muito de turismo de alto financiamento, mas decolada da produção agrária em Minas Gerais. A gastronomia é produto da produção agrária mineira, dos pequenos produtores, dos agricultores familiares. Então, fazer essa articulação foi uma coisa muito bacana e com resultados concretos. Eu vou falar a seguir, né? Hoje ter os restaurantes de alta gastronomia em Minas com produtos da agricultura familiar vai virar cada vez mais uma rotina em Minas Gerais. E exemplo, como a gente está vendo aí, a exportação disso, especialmente para São Paulo. E também o programa o PAA, que também é central, a partir de legislação federal.

Eu vou falar mais um pouquinho dos novos encontros. Eu fiz uma mistura. Cadê o meu amigo que me ajuda aqui? É a segunda apresentação. Eu vou falar um pouquinho dos novos encontros, como eu disse... Olha, ele apareceu. Ele escuta. É, ele é danado.

Então, esse nome é engraçado, mas de todo jeito foi ficando, a gente não achou... não tinha outro. Mas não deixa de ser um novo encontro da agricultura familiar, da demanda do mundo agrário profundo de Minas Gerais com as políticas governamentais. Nós sempre achamos que mais do que voltar para Belo Horizonte, para a cidade administrativa, o governo de Minas tinha, é o esforço que temos feito ainda incompleto, de se voltar para o conjunto que sempre ficou de costas, para o conjunto do Estado de Minas Gerais. Então, talvez esse seja a marca desse encontro do governo com a realidade concreta, dura, na maioria das vezes, mas muito rica, da Minas Gerais aprofunda, não é?

Então, também não vou entrar muito em detalhe, mas é essa ideia forte da articulação intragovernamental para ter para o cidadão, para o empreendedor, para a família, para o agricultor, para os movimentos, para a sociedade civil, algo articulado, algo uniforme com as suas diferenças de enfoque de cada tema. Então, planejando dessa forma, integrando esses órgãos, que não é fácil isso no Estado, a tradição do Estado é de pulverização, é de desarticulação, não é um movimento fácil e simples, mas tentando agir de forma mais integrada.

Nós temos alguns eixos nesse programa. Ele é dirigido, ele é coordenado pela Secretaria de Desenvolvimento Social, a Sedese, integrado por diversas Secretarias, não é? Quase 20 órgãos e Secretarias. Com alguns eixos. Acesso a serviço, temos sete grandes ações, não é? Serviços de infraestrutura, serviços de água, que é uma demanda concreta e gravíssima em Minas Gerais, especialmente no nosso semiárido. Da inclusão produtiva, é a que está mais dinâmica, são 17 ações, que eu vou fazer menção. A infraestrutura em si, né? Vale para os assentamentos, para as agrovilas, para a zona rural difusa. E a questão do acesso à terra, que nesse recorte temos uma grande ação, que está concretizada na Secretaria de Desenvolvimento Agrário. Não vou entrar em detalhe. Nós estamos com o orçamento executado, por exemplo, nesse... só nessa articulação de mais de R\$ 10 milhões e prevendo chegar a R\$ 28 milhões em 2018.

E um aspecto da inclusão produtiva, nós chegamos à conclusão, pelo olhar arguto dos extensionistas rurais, dos cantineiros, das professoras, dos movimentos sociais, que sempre houve um descolamento entre a produção local e a compra, por exemplo, das escolas. Nós estamos falando de 3.563 escolas em Minas Gerais, estaduais, fora um quase igual número ou maior número das redes municipais. No caso do estado, 3.563 escolas, mas em 5 mil prédios, pelo chamado segundo endereço. Então, é uma rede potente compradora que sempre trabalhou absolutamente desarticulada por iniciativas muito generosas de cantineiros e professores, de diretores, de funcionários, de colegiados da escola, de alunos nesse sentido. A Secretaria de Educação com a rede dessa, com 280 mil professores,

cinco nutricionistas. Cinco nutricionistas, não é?

Então, fizemos esse esforço de contratação, de descentralizar nutricionista para as superintendências regionais que nunca tiveram, para orientar os cardápios. Ter o cardápio dentro da linha do Guia Alimentar da População Brasileira com um olhar regional, não é? Não adianta a escola lá de Montes Claros, como nós vimos, ficar pedindo o tempo inteiro melão, melão, melão, não se produz melão lá - ainda que no Jaíba já tenha iniciada, lá próximo - mas, enfim, e essa articulação. Com isso, uma das ações importantes foi a distribuição de sementes para os agricultores familiares acompanhados pelos técnicos da Emater. E essa produção sendo comprada pelos pregões articulados das escolas estaduais e com muitas municipais já entrando. Isso gerou... está gerando, começamos o ano passado, um ciclo articulado produtivo e positivo de reestímulo à agricultura familiar, a alimentos agroecológicos de altíssima qualidade em toda a nossa rede. Começamos no semiárido, evidentemente pela desigualdade existente em Minas Gerais.

Então, é um pouco isso que eu falei, não é, juntando a oferta com a demanda. São várias ações. Tem muito de educação alimentar também. Essa é uma oportunidade do debate com os alunos e com os professores, não é? Além das famílias. Porque o produtor que produz, o filho está na escola, então isso é um ciclo de vida praticamente, não é? E chamando a atenção mais uma vez para a assistência técnica e extensão rural, que é absolutamente fundamental. São 750 escolas, é muita coisa, não é? É mais que alguns estados. Com esses editais coletivos. Nós já estamos finalizando a primeira etapa agora de março, foram 297 escolas, em 31 municípios, são todos do semiárido. Tem uma participação importante do Sebrae ao treinar. Nós treinamos todas essas escolas, não é? Todos os diretores, vários professores, cantineiros, os nutricionistas acompanhando das regionais.

Vejam só a relevância, tudo que a gente faz é muito grande por conta do tamanho do estado. Só nessa primeira fase, 695 toneladas de alimentos, com 300 tipos de alimentos; 157 mil alunos, com 80 associações e cooperativas articuladas. Esse um desafio enorme em Minas Gerais, que é cooperativar pequenos produtores. Associar pequenos produtores. E a segunda fase que vamos começar o mês que vem, agora num volume maior, com 759 escolas estaduais, em 166 municípios com mais de 370 mil alunos.

Nesse sentido, eu fiz menção a sementes, foram 51 mil famílias do CadÚnico, portanto, focando na pobreza maior, 235 toneladas de sementes de milho, feijão e sorgo. Porque também a questão dos laticínios, a alimentação do gado para a produção de lácteos é muito importante para nós. Portanto, é um esforço enorme com resultados importantes, isso está sendo monitorado pelas universidades, de tal

forma da gente ter um acúmulo aqui registrado e com possibilidade de reproduzir.

Outras ações importantes, né? Também sem entrar em detalhes. Os quintais produtivos das escolas agroecológicas. Muito... Hoje na contracorrente do agronegócio, que tem o seu papel, tem o seu papel exportador de geração de excedentes, mas há o consumo alimentar brasileiro, e não é diferente nem na Europa, nem nos Estados Unidos, é baseado na pequena produção, na agricultura familiar. Portanto, os campos de sementes crioulas são muito importantes para não perdermos a memória de DNA das sementes brasileiras, que aqui se modificaram e aqui se adaptaram. Portanto, os nossos campos de sementes, com a Epamig, as nossas fazendas da Fucam, são fundamentais, além, como eu disse, da organização - eu vou tentar ser mais rápido - das cooperativas.

Estamos falando também da inclusão dessas famílias com muita capacitação e muita possibilidade e emancipação e de diversificação da sua produção. Porque, em tese, esse é um movimento muito sinérgico. Mas ele tem problemas concretos, problemas climáticos, por exemplo. Portanto, kits de irrigação, produção da água, conservação da água é um aspecto muito importante, né? Então, ele se articula com esse movimento também. Agora retomamos, trocamos dívida da Usiminas com o estado, em caixas d'água, para a distribuição de microssistemas em pequenas comunidades e com foco também em pequenas propriedades. Estamos já distribuindo, o governo fez isso, a primeira leva, a semana passada. A retomada do projeto de cisternas, que é muito importante para a coleta da água de chuva, com os índices pluviométricos do semiárido mineiro muito baixo, nós precisamos de qualquer água, além de tudo que nós estamos falando de plantação de árvores, de proteção de nascentes, de toda a calha do Rio São Francisco e do Rio Jequitinhonha, do Rio Doce, do Vale do São Mateus, dentro do programa Plantando o Futuro articulado também.

Então, é um conjunto de ações, eu não vou me deter sobre elas. Leite pela Vida, que é um desafio enorme, porque nós tivemos que interromper, que o governo federal suspendeu o programa, mais de 18 milhões de litros de leite. Bom, então é isso. [Volta, por favor, para mim a primeira. Eu estou acabando, viu?]

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTÁ: Fique à vontade, secretário. Secretário, só um minutinho. Rodrigo, vem para cá ficar com a gente na Mesa aqui. Chamar o Rodrigo para compor, que agora teve uma vaguinha aqui, porque a mesa é pequena, a gente queria mais gente aqui na mesa, mas...

SR. HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES: Tem muito melhor que a Saúde, não é não, Rodrigo?

Bom, os Novos Encontros que eu falei. Só para lembrar, eu falei da importância, nessa ideia do governo de integridade, do governo aberto, de que planejamento seja para valer, né? Então, esse conjunto de ações está no nosso Plano Plurianual de Governo. E, como eu disse, teve uma riqueza de ter vindo, não foi nenhuma invenção nossa, apesar da experiência de vários atores dentro do governo e da experiência do governo federal muito positiva, mas veio efetivamente dos fóruns regionais. Nós ouvimos isso no estado todo, essa demanda permanente. E tem sido um prazer enorme voltar e fazer essas rediscussões, ter o Sebrae junto, ter a sociedade civil organizada, enfim. E sempre uma disputa interna, num momento cada vez mais grave de escassez orçamentária, cada órgão ter que ceder um pouco do seu orçamento para uma frente comum de ações. Isso não é um movimento fácil do ponto de vista da gestão orçamentária, né? Mas nós temos conseguido dar alguns passos importantes.

Quero fazer menção também da importância dessa lei que nós, no nosso primeiro ano, nós batalhamos muito, a partirmos inclusive da Frente Mineira de Gastronomia na Assembleia Legislativa, a Lei nº 2.1936, que acoplou o desenvolvimento da gastronomia, do plano de desenvolvimento de gastronomia com o fortalecimento da agricultura familiar em Minas. As marcas dos nossos principais supermercados da agricultura familiar já é uma realidade e é uma disputa permanente nas gôndolas para ver quem é que ocupa esses espaços. Não só pela qualidade, que é a nossa força, mas pela agregação de valor ao produtor familiar, não é?

Esse nosso programa Mais Gastronomia, nos também criamos a partir da construção, da finalização do centro do Complexo Cultural Itamar Franco, onde está a Sala Minas Gerais, a sede da Rádio Confidência e da TV Minas, a Casa da Gastronomia. Que será um espaço, é um edital colocado para utilização permanente como o centro da difusão e dos debates sobre a gastronomia mineira e tudo que significa de segurança alimentar e nutricional.

A junção também, mais uma ação articulada que nesse aspecto é inédita, a junção da.... o posicionamento da Secretaria de Turismo usando todo esse esforço para divulgar a nossa gastronomia e levar com isso pequenos produtores, os nossos eventos de turismo vão pequenos produtores juntos, não é? Aqui e fora. Então, essa é uma novidade importantíssima, singela, mas muito significativa. Então nós fizemos 154 eventos gastronômicos no estado, né?

Tivemos um esforço monumental de regularização de produtores. A história do queijo, do cerceamento do queijo de Minas nas fronteiras de Minas, da sua não possibilidade de exportação, das mudanças de regras do Ministério da Agricultura, de regras da Vigilância Sanitária... Cadê a Ângela? Ela estava aqui. Está ali, não é, Ângela? O esforço... A Ângela é lá da área de alimentos da Secretaria de

Estado da saúde, o esforço da Vigilância Sanitária Estadual compreendendo essa realidade, não é? De melhorar as práticas, os processos de produção do queijo artesanal, a sua maturação, o seu transporte. A demarcação de regiões, cada dia mais isso agrega valor. Nós vimos o quilo de alguns queijos em Minas, quintuplicar nos últimos três anos, evidentemente que o aumento da produção vai equilibrar isso, região do Araxá, de Campo das Vertentes, da Canastra, Do Cerrado, Serra do Salitre, Serro e do Triângulo Mineiro, que é recente.

A questão da produção de cachaça também entrando no circuito de valorização, porque a diversidade da produção da pequena propriedade pode equilibrar ao longo do ano e das safras, não é, a entrada de recursos para as famílias, os cursos, as capacitações.

Também uma atuação importante nossa no governo do Estado em termos de articulação, na Caisan, é a dinamização do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, o PAA, com o Colegiado gestor. E mais uma vez a junção de esforços. O portal de compra institucional foi uma ideia genial, simples, mas genial pela sua importância, em que os produtores colocam a sua produção, olham quais são os editais de compra, isso foi feito junto com a Secretaria, o Sebrae, a Secretaria de Educação, que é uma grande compradora, através das caixas escolares, e a Seda de desenvolvimento agrário e a Emater, quer dizer, coloca-se a produção, o que é que tem de edital e os agricultores, acessam isso no tablet do extensionista, não é? Ou do seu celular. Felizmente, com a ampliação do sinal de celular no Minas Comunica, mais de 600 distritos já tem sinal. Então, eles estão usando regularmente celular e toda a Emater também é assim.

Então, com isso, esse portal de compras facilitou muito essa junção. Está só no início, mas já tem resultados que nós estamos com muito boa expectativa. Crescemos 28%, né? E 44% nas instituições públicas. É um desafio enorme. É uma verdadeira - o Antônio Joaquim e o Rodrigo sabem bem - hospital é um mundo à parte da humanidade, não é? Então, mexer na tradição hospitalar não é fácil. Então, mesmo porque a nossa própria rede, às vezes a gente tem mais facilidade com os filantrópicos do que com os estatais na rede estadual, na Rede Femig, por quê? Pela característica do hospital. Então, o sucesso nosso mesmo é com a compra do café no estado todo da agricultura familiar; 85% da produção de café em Minas, nós estamos batendo recordes atrás de recorde e em qualidade é da agricultura familiar. Nós estamos no Certifica Café com o apoio da Codemig, que é o nosso financiador, é onde tem algum dinheirinho do estado, da Codemig, a Fundação João Pinheiro e a cartografia... Agora na Fundação João Pinheiro do [ininteligível], nós estamos mapeando simplesmente todos, não é força de expressão, não, todos os pés de café em Minas Gerais. Para de alguma forma começarmos a construir a

ideia de que se tem qualidade, têm algumas características geológicas de produção, de processo em alguns lugares, de tal forma a introjetar qualidade na maioria e agregando valor na maioria das produções. Então, nós vamos ter o mapeamento, Minas que tem mais de 50% da produção brasileira, é o primeiro produtor e, portanto, de cada quatro xícaras de café tomadas no mundo, uma é de Minas Gerais, isso nós não estamos falando de pouca coisa.

Então, essas são iniciativas que a gente conseguiu ao longo do tempo, estão aí os dados da nossa aquisição da agricultura familiar. É uma luta permanente, tem que brigar, tem que quase matar às vezes, mas a gente vai tentando, não é?

Esses são alguns dos dados já que a gente tem em pouco tempo catalogado, né? Três mil quinhentas e vinte uma instituições baseada em agricultores familiares nas 3 mil escolas, já com 2,3 mil editais de compras. Os municípios também sabiamente - daí a importância da participação dos municípios - estão se associando entre eles para compras articuladas entre os próprios municípios. Aí eu vou falar daqui a pouco do Ministério Público.

Eu já falei do PPAG, não vou repetir. Têm várias outras ações porque nós sempre partindo de um princípio simples, que é secular, que se você tem uma produção num pequeno... numa pequena propriedade, ela tem excedentes em alguns momentos e falta recurso para o produtor em outros, não é?

Daí é um pouco o milagre da produção de leite em Minas Gerais, que efetivamente qualquer conta que se faça, ela é deficitária. Mas a manutenção do fluxo contínuo de receita, ela é absolutamente fundamental para a manutenção do pequeno produtor, por isso que ele tolera, o mercado horroroso do leite.

Então, têm vários outros projetos que vão compondo essa questão dos excedentes para dar garantia em todo o ano da compra articulada. Esse projeto do Campo à Mesa, o Circuito de Alimentação, o Kit Feiras, que é um sucesso absoluto, todo mundo quer, porque as feiras são uma tradição, parte da tradição mineira, que ficaram muito abandonadas. E se você for na Europa é prática usual, tirando o frio, você tem a feira urbana, não é? Belo Horizonte, assustadoramente, daquele ali o número de feiras, que é um absurdo. Em São Paulo está crescendo. Então, e está muito bem definido, inclusive em estudos acadêmicos, que a oferta também define o padrão de consumo. Em vazios de ofertas de alimentos de boa qualidade você tem consumo pior. Vai para os processos e os ultraprocessados e não os alimentos de verdade.

Portanto, todas essas ações têm conexão no sentido de da oferta adequada e de qualidade agroecológica e com sustentação para... E outros subprodutos que a gente não imaginava, mas como tinha iniciativas locais, acabaram virando importantes, como os quintais produtivos, não é? As hortas escolares, sempre teve em escola, mas vai virando uma certa prática mais corriqueira e isso vai contaminando positivamente, se inicia numa escola municipal, passa para a estadual, se inicia na estadual e passa para a municipal. Nós precisamos das redes municipais. Eu tenho insistido muito nisso, ao contrário da saúde, que tem um sistema pensado de saúde, não tem um sistema de educação. Então, não tem conexão nada, nenhuma, as redes municipais com a rede estadual com a rede federal, os institutos federais, as universidades. É tudo desconectado. E a rede privada nem se fala.

Mas essa conexão pode se dar a partir das iniciativas da alimentação saudável. Então, nós estamos insistindo muito para que tenha interconexão. E aí um primeiro papel do Ministério Público, porque como ele está na comarca e tem vários municípios, ele tem presença, tem legitimidade e ascendência sobre vários gestores, ele usar essa legitimidade para articular esse papel de cada gestor municipal e do estado.

Eu não vou me deter nesses números, mas para dizer que, evidentemente, todos os nossos números... Esse é um número orçamentário, infelizmente ele vira um pouquinho menos em dinheiro efetivo. O nosso orçamento global é de 105 bilhões, o percentual é muito pequeno, mas não é pouca coisa para quem não tinha quase nada, 1,2 bilhão focados na segurança alimentar e nutricional. Não é pouca coisa num momento de escassez. Porque se tivesse como nos governos anteriores tiveram, velocidade de cruzeiro, bonança, muito dinheiro do governo federal, economia bombando, excedentes de exportação, nós estaríamos um pouco mais felizes.

Os programas relacionados dentro do PPAG.

Um pouco mais de outra visão de cada área, ali falou muito da Copasa.

Bom, e para encerrar, eu acho que o mais importante e muito do que a gente insistia muito para ter esse debate aqui, e que precisa ser reproduzido, vai ter outras agendas nesse sentido, viu, Renato? Que é importante que o Ministério Público, em todas as suas áreas, possa atuar de forma articulada também. É uma expectativa muito grande nossa, que é essa possibilidade de estimular, de vigiar, de apoiar as iniciativas municipais.

Nós temos milhares, vários aqui presentes, técnicos absolutamente comprometidos, absolutamente qualificados nos municípios. Às vezes sozinhos, às vezes marginais, às vezes não podendo

se expressar, em escolas, em unidades de saúde, nos Nasfs, nas Secretarias de Saúde, de Educação, de Assistência Social, de Agricultura, enfim. Então, é muito importante que essa capilaridade se dê a partir dos municípios, né?

E nós temos uma presença muito pequena em Minas Gerais, fruto desses anos todos de não ser uma política central do governo do Estado, que esse é um papel importante do governo do Estado. Nós temos visto isso no interior. As pessoas se surpreendem de estar lá alguém do governo discutindo isso. Então nós temos, ainda que com um número importante, não deixa de ser, mas nós temos 853 municípios, 161, eu não sei se esse dado está atualizado completamente, Conseqs municipais, com pequena atualização. Agora, oito município aderidos formalmente ao Sisan. Oito. Então, é absolutamente ridículo para Minas Gerais. Então, este é um esforço que o Ministério Público pode ser um parceiro fundamental de forma preventiva e propositiva. Então, essa é um pouco a nossa expectativa. Porque, surpreendentemente, é claro que o prefeito é muito resabiado de tudo e ele tem as suas razões, não é? Mas nós vemos, pelos dados que, olha lá, municípios que possuem Pnae formalmente, quase todos. Tem um ali que eu queria ter vontade de saber quem é. Falta um. Então, assim..

[falas sobrepostas]

SR. HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES: É, não é? É aquele misterioso que a gente tem que ir lá ver. Olha, 22 tem restaurantes populares, tem banco de alimento, vamos ver a experiência aqui importante o que Léo vai falar.

Então, assim, quando você vai ver, todos têm alguma ação. O que nós precisamos é ter mais articulação. Porque a experiência do estado, ainda que apenas de três anos, nesse aspecto aí mais articulado, mostra que a articulação ela vira dinheiro, não é?

Então, tem muita coisa nos municípios, você imaginar todos... Nós temos 430 hospitais filantrópicos, entidades da área de Saúde em Minas Gerais. Nós temos milhares de creches, de Apaes, todas consumindo alimentos, não é? A Rede Cuidar, que a gente está fazendo na Sedese, com o dinheiro da loteria mineira - primeira vez que esse dinheiro da loteria serve para alguma coisa útil - junto com o Servas - ajudou a construir o Mineirão também - junto com o Servas, a Rede Cuidar tem milhares de entidades que nós estamos trazendo para esse mundo da discussão, da formulação de iniciativas. Os restaurantes universitários, os bancos de leite, enfim, tem muita coisa, além do mundo do nosso prisional e do socioeducativo, que a gente está tentando trazer para esse mundo todo. Mas o apoio do Ministério Público pode ser decisivo em todos esses... As feiras, os mercados públicos, as prefeituras

todas se metem nisso de alguma forma. Então, é questão de tirar esse medo. Vamos aderir ao Sisan e articular esse conjunto das nossas iniciativas no âmbito municipal. E junto ao secretário de Saúde, com o de Educação, com o da Assistência, enfim, com o estado, e pedir o apoio da Emater. Nós estamos com todo o aparato disponível para apoiar os municípios nesse sentido, inclusive com o Sebrae junto.

É um pouco isso que eu falei. Nós vamos, portanto... Todo mundo tem alimentação escolar, todos os municípios tem Bolsa Família, todos têm BPC, enfim, então não é inventar nada lá, mas dar uma roupagem mais articulada e trazendo para o centro do debate também municipal. Os prefeitos estão apenas no segundo ano de mandato, eu acho que é um ano que nós estamos no último, mas os prefeitos estão ainda chegando longe do final do mandato. Estão chegando no meio. Então, eu acho que é uma oportunidade esse ano de atuação num nível local.

Aí tem uma série de sugestões que nós estamos aí à disposição junto, não é, evidentemente do Consea, para estar... E a adesão é muito simples, não tem nenhuma penalidade, não tem nenhuma... mas é uma questão importante que a gente queria dizer.

Bom, era isso. Estendendo um pouco o tempo, me desculpem, mas era isso que eu queria colocar eu agradecer mais uma vez, e reconhecendo a cooperação de todos os órgãos do estado, dos municípios, das entidades da sociedade civil, dos movimentos sociais que têm sido nosso parceiros e, evidentemente, também o Ministério Público, e o Consea em particular. Obrigado.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Eu combinei com o secretário de nós fazermos algumas perguntas para ele, porque ele vai se retirar logo à seguir. Então, eu começo pela Mesa. Se alguém da Mesa quer fazer alguma pergunta, alguma colocação para o secretário. Antônio? Alguém quer fazer alguma colocação? Então, nós vamos para o público, não é? Fique à vontade, Rodrigo. Depois a gente vai ao público, a gente pega o nome das pessoas para as perguntas.

SR. RODRIGO FILGUEIRA DE OLIVEIRA: Boa tarde a todos e a todas. É um prazer, secretário, estar contigo de novo, agora em outras caras, não é? Realmente a saúde era um desafio terrível, não é, que sofremos muito e conseguimos realizar algumas coisas. A nossa colega Joseli continua lá guerreira, agarrada lá.

SR. HELVÉCIO MIRANDA MAGALHÃES: É verdade.

SR. RODRIGO FILGUEIRA DE OLIVEIRA: Secretário, vendo a sua exposição, eu vou trazer aqui um fato que eu tenho me deparado recorrentemente na Promotoria, e eu, como promotor da capital, eu

atuo em tudo que tem repercussão estadual, não é? Que é o baixo índice de produtos de origem animal que possuem o certificado de inspeção, seja o municipal ou o estadual, do IMA, e o federal. Isso é um desafio que tem surgido na Promotoria recorrentemente com a parceria do IMA inclusive, que eu agradeço aqui publicamente, que tem sido parceiro nisso, nós temos até interditado alguns produtores que não possuem.

Eu não sei nesse contexto da sua fala se há, aí é ligado ao controle de qualidade e sanitário destes produtos, já que é uma preocupação com essa questão da gastronomia mineira, em especial o queijo, que é muito famoso, é uma grande.... uma das grandes frentes de Minas Gerais, tenho uma informação da Vigilância Sanitária Estadual que pouquíssimos municípios têm o serviço de inspeção municipal, pouquíssimos mesmo, talvez seja nem 10% dos municípios mineiros. E eu tenho acabado forçando que se faça o registro estadual pela ausência dos municipais, para, pelo menos, poderem comercializar e também esse trânsito intermunicipal. Então, secretário, eu não sei nesse contexto da sua explanação, já que ele falou de vários projetos, vários programas de fomento à gastronomia mineira, como é que essa questão está inserida? Se ela está inserida, não é, primeiramente.

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Vamos rodar, então? Quem tem mais perguntas aqui da Mesa? Aí já faça e o secretário responde em bloco.

SR. ANTÔNIO JOAQUIM SCHELLENBERGER FERNANDES: Eu vou cumprimentá-lo, Dr. Helvécio, e eu disse no início, não é, que houve um tempo em que eu o acompanhava e estava com saudade de ouvi-lo.

Aprendi muita coisa aqui, estava... não vinha acompanhando as políticas e me lembro das... E o seu recordar da história, eu estava me lembrando da Secretaria de Abastecimento do Município na época lá do governo Patrus, que começou com esses programas e muito disso agora a gente vendo se ampliar.

A preocupação com o desrespeito cultural, a questão cultural, que a gastronomia ataca, mas um ponto que eu vi, talvez um pouco lacunoso dentro daquela primeira exposição sobre insegurança alimentar, fome, obesidade, doenças associadas a má alimentação, onde eu gostaria de ouvir alguma coisa seria em relação à produção predatória, não é? Predatória ao meio ambiente, predatória a bens essenciais. A gente tem decisões, por exemplo, na defesa do consumidor sobre rotulagem de transgênicos que, na prática, não acontece e a gente não tem o monitoramento. E o consumo de alimentos com qualidade duvidosa ou prejudicial à saúde. A gente vê, às vezes na própria área de nutrição um certo exagero, um domínio da indústria, como a gente vê na saúde, a indústria farmacêutica

assediando o médico, a gente vê também o nutricionista assediado pela indústria. Eu gostaria de ouvi-lo sobre isso.

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Mais alguém? Então, eu vou pedir que levante o braço quem gostaria de fazer pergunta ao secretário que eu vou anotar o nome, logo a seguir eu peço para fazer as perguntas. Ninguém? É, secretário, o pessoal está inibido. O seu nome? Rubens. Vamos anotar o nome das pessoas, a gente já começa com as perguntas. Rubens, Carlos. Mais alguém? Então, temos duas perguntas. Por favor, o microfone. Eu vou pedir que se identifique porque esse evento está sendo degravado, ele vai ser encaminhada a ata desse evento para todos os promotores de Minas, defensores públicos, juízes dos Juizados Especiais, defensores públicos, associações civis. Então, é um evento que a gente faz a degravação e depois encaminha para todo o sistema estadual de defesa do consumidor. E para quem mais desejar. Sr. Rubens, fique à vontade.

SR. RUBENS: Eu gostaria de saber do secretário, Dr. Helvécio, é o seguinte: é sobre a segurança alimentar de pessoas com necessidades especiais. Pessoas com diabetes, hipertensão, enfarto, AVC. Que eu entendo que se o estado desenvolveu uma política de prevenção e de financiamento, a gente pode evitar internações hospitalares. E que pessoas vivam com mais qualidade de vida. Porque a presença nossa nesse planeta é a vida, é a coisa mais que tem mais tem que ter valor é a vida, e em muitos casos não é levado em consideração. Então, o que o estado tem é que desenvolver uma política para as pessoas com necessidades especiais em alimentação.

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Sr. Carlos.

SR. CARLOS: Boa tarde, secretário. Boa tarde a todos. Meu nome é Carlos, eu sou do Banco de Alimentos lá de Betim e pegando um gancho na fala do Dr. Rodrigo, a gente enfrenta essa dificuldade lá e a gente percebe um vácuo entre a finalidade do programa que a gente executa, que é o PAA, com recurso federal, que é de fomento à agricultura familiar, mas a gente tem vários agricultores que se encontram nesse vácuo, que não conseguem comercializar o seu produto devido a essa dificuldade de estar conseguindo tanto o selo do IMA como o alvará da Vigilância Sanitária. E eu queria saber se existe, dentro do governo estadual, alguma já política de articulação junto ao MDS para estar fazendo um direcionamento para a agricultura familiar mesmo, para eles terem... o pequeno agricultor lá ter uma facilidade maior de estar conseguindo tanto o selo quanto o alvará. No caso do PNAE, é mais fácil porque, como eles tem que fazer a articulação de cooperativa e a associação, eles conseguem mais fácil. No caso do PAA, como é o agricultor individual, é bem mais difícil.

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Eu vou fazer uma também, para eu não perder a

oportunidade. No estado, secretário, nós temos a Lei nº 15. 072, de 5 de abril de 2004, que trata do promoção da educação alimentar e nutricional nas escolas públicas e privadas do Sistema Estadual de Ensino. E entre outras questões, no art. 3º, a, § 1º, a lei diz que são proibidos nos estabelecimentos que a se refere o caput deste artigo, que seriam estabelecimentos do ensino básico, da rede pública e privada, o fornecimento e a comercialização de produtos e preparações com alto teor de colorias, gorduras saturada, gordura trans, açúcar livre e sal. Ou com poucos nutrientes nos termos do regulamento.

Eu acho que essa lei não foi regulamentada ainda, secretário. E o que a gente gostaria de colocar é que o Procon Estadual, dentro dessa... desse caminho que é trabalhar a segurança alimentar, ele tem como documento básico e tem feito eventos o Guia Alimentar, não é, que é o nosso documento oficial do Ministério da Saúde com relação a alimentos. Ele fala claramente que a nossa base de alimentação tem que ser os produtos 'in natura' e os produtos minimamente processados. Os processados, consumir com moderação. E os ultraprocessados serem evitados.

A gente faz essa colocação porque me parece que quando a lei trata dessa vedação, ela dá condições ao governo do estado de regulamentar a lei, que até agora não foi regulamentada, e vedar nos estabelecimentos de ensino a entrada dos ultraprocessados. Então, uma solicitação que a gente gostaria de fazer, e aproveitando para ouvir o seu comentário, a lei é de 2004, aí a gente pensa que chegou a hora de regulamentar essa lei, e atender a essa demanda que é da lei orgânica, da política nacional de nutrição e alimentar. Todas as leis federais que trabalham na questão da alimentação escolar, elas tratam desse tema, seja da educação alimentar e nutricional, seja do cardápio, que as escolas têm de ter, e penso eu que nós temos essa lei estadual que basta ser regulamentada para que a gente possa trazer o Guia Alimentar, trazer essa recomendação oficial do Ministério da Saúde para dentro de Minas Gerais.

SR. HELVÉCIO DE MIRANDA MAGALHÃES: Bom, todas as perguntas, evidentemente, pertinentes. E eu não sei se eu consigo responder adequadamente, mas todas muito profundas. Tem uma questão central, vou seguir um pouco, mais ou menos, a ordem das perguntas, que o Dr. Rodrigo coloca, que também foi feito outras questões, como o próprio Renato, que é a questão da inspeção. Esse é um dilema enorme para nós. Nós vivemos aí na diáspora entre a vigilância, a convivência, a necessidade e a oferta, a realidade, as regras etc. Esse é um debate, a Vigilância Sanitária tem isso historicamente, não é? Depois a Ângela pode complementar.

Mas nós temos feito, Rodrigo, eu diria que ainda insuficientemente, eu realmente falei pouco

disso, mas temos feito dois movimentos. Primeiro, no âmbito dessa proposta dos Novos Encontros de forma mais articulada identificar as lacunas dentre os pequenos produtores, os pequenos estabelecimentos, a partir da geração da oferta para essa demanda das escolas, onde que a gente precisa entrar apoiando decisivamente. E aí a Emater e o IMA tem trabalhado, dizem eles - não sou eu que eu estou falando - dizem eles que pela primeira vez muito articulados, no sentido de prover esse apoio técnico e essa orientação antes até de fiscalizar.

A história do queijo é sintomática. Nós demos prazo, a lei é antiga, as regras são históricas. Enquanto a gente não sentou com os produtores, não nos reorganizamos o processo, não pensamos o que era inadmissível, o que era o mundo ideal, o que era razoável, a gente não avançou. Tem uma experiência no estado que é fantástica, que depois a gente, um dia, pode apresentá-la aqui com os atores locais, que é Noroeste Empreendedor, que são dezenas de entidades, centenas e aos milhares de produtores que se organizaram com o apoio de universidades, dos municípios, tem promotores participando, do Sebrae, da Emater, articulando e mapearam exatamente todos os produtores, todas as queijarias, todos os laticínios, os pequenos laticínios que precisavam de modificação. E foram cuidando disso, inclusive com financiamento, apoio para captar financiamento nas linhas do Banco do Brasil, das linhas oficiais.

Então, tem experiência nesse sentido. No nosso ponto de vista é a articulação do IMA com a Emater e nesse espaço da oferta para estar mudando essa prática. A gente sabe, não é, é a história antiga, que não consegue mudar de um dia para o outro. Não podemos abrir mão de determinadas regras, mas também nós somos muito conscientes que tem regras em excesso em determinados aspectos. Que mataria a produção. Então, é tênue isso. A Vigilância tem se dedicado muito a isso, esse limite entre o que é razoável, o que é possível, o que é que é inadmissível.

E outra iniciativa importantíssima, inclusive com mudanças legislativas, é que, dentro da rede de simplificação nacional, nós somos o estado que mais conseguimos ir simplificando processos, que vai dar automatização completa da Junta Comercial, dar simplificação na certificação dos pequenos produtores. E com, agora, a modificação legislativa para dar cobertura à Vigilância Sanitária para tratar diferente os pequenos e os mais simplificados, dentro de uma regra mais moderna da Vigilância Sanitária que é a alto... como se fosse o autoexame, a autoverificação e a responsabilização de cada um.

Então, nós estamos quase que previamente certificando se a pessoa se declara, o pequeno produtor, mas fica com o ônus do cumprimento do que ele se declarou. Essa é uma prática no mundo todo, que o Brasil nunca adotou. Ele começava pela norma, pela fiscalização, e depois disso via no que é

que dava. Não consegue ter pena para fiscalizar todo mundo e não fica nem cá e nem lá. Então, está nos parecendo que esse seja o caminho do meio mais seguro e mais efetivo. A mudança em dois anos, dito pelos produtores, de queijo em Minas Gerais é algo impressionante.

Então, é possível. Acho que a gente tem que redobrar. A sua chamada de atenção foi muito importante, esse caminho da simplificação e da articulação das instituições. Formação, orientação, mas a gente fazer esse trabalho, eu acho que o Ministério Público pode ser um parceiro enorme nisso, conhecendo o que a gente está produzindo e disseminando isso, eu acho que é um caminho muito significativo.

A própria automatização dos processos do IMA vai facilitar muito isso. Hoje ainda é um verdadeiro inferno você ser fiscalizado pelo IMA e a gente tem consciência disso. Então, é um pouco isso, eu não sei se eu...

Antônio, você fez menção a uma história muito cara para nós, que é as iniciativas desde o então prefeito Patrus Ananias, depois foi o nosso ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no governo do presidente Lula, e depois do Desenvolvimento Agrário com a presidenta Dilma, as várias iniciativas que muitas persistem bravamente em Belo Horizonte, né? A criação,, em 1993 com a saudosa professora Regina Nabuco, da Secretaria de Abastecimento, que hoje chama Abastecimento, Segurança Alimentar e Nutricional na prefeitura, formalmente. Agora ele perdeu, vamos dizer, ao longo do tempo, um pouco do ânimo. Eu fiz menção das feiras, isso foi uma iniciativa muito importante. Comboio do trabalhador, o Abastecer, uma série de iniciativas que eu acho que é o espaço municipal onde a riqueza é maior nisso.

O Estado tem papel de apoiar, de cofinanciar, mas essa iniciativa municipal, ela é muito relevante. Nós temos visto isso nessa questão dos excedentes de produção e as feiras que a gente tem apoiado nos municípios, em todo o Estado. Mas eu acho que tem um lugar para iniciativas municipais e essa adesão ao sistema pode fomentar isso e dar uma cara articulada.

E você faz menção, e aí eu vou fazer uma liga com o que o Renato coloca dessa...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. HELVÉCIO DE MIRANDA MAGALHÃES: Desculpa. Amauri, eu pus o Renato na cabeça e escrevi, olha só para você ver. O Amauri, que não é Renato, da questão da lei estadual. Quer dizer, nós temos ainda um longo caminho, essas iniciativas, eu tive a felicidade de contribuir politicamente em ter essa questão do guia como o nosso centro de atuação do Ministério nessa área, e isso continua lá de

alguma forma. Nós temos ainda um longo caminho na questão do consumo responsável e seguro. A batalha, talvez... Você fez um similar, uma comparação aí muito pertinente. A disputa dentro do grande capital da indústria farmacêutica, eu acho que encontra similaridade com a indústria de alimentos, não é? É uma guerra verdadeira. É uma guerra na cultura. Porque é na cultura do consumo. Vejam que uma grande multinacional, e saiu no... a grande mídia brasileira não deu ouvidos, mas o New York Times publicou, e depois teve que ter repercussão aqui nos órgãos brasileiros, a iniciativa de uma grande multinacional com os agentes comunitários no Ceará vendendo seus produtos. E, ao mesmo tempo, ganhando como parte da remuneração os próprios produtos. Quer dizer, e especialmente a quem tinha o Bolsa Família, quer dizer, é entrar dentro da casa na dieta, no conceito de consumo para fazer essa disputa. Então, na contracorrente nós temos que fazer a outra disputa, a boa disputa do consumo consciente e responsável e sustentável.

Então, acho que essa é uma frente em todos os campos de atuação, mas que tem, no campo da saúde, especialmente, da educação, que esse hábito é muito feito na primeira infância, não é? Aliás, a disputa que vem desde a década de 60 e 70 com bebê Johnson vem essa suplementação e no fim do aleitamento materno. Nós tivemos que dar uma volta em décadas para voltar a ter índices, em alguns lugares razoáveis, de aleitamento materno. Então, é uma disputa permanente.

Agora eu acho que é o tempo todo, eu acho que entra nesse conceito, não é, Amauri, do consumo, do direito do consumidor coletivo. Isso. E aí você entrou numa área que eu acho que é fundamental. Nós avançamos pouco, temos espaço para mais. Eu acho que, talvez, esse eixo da regulamentação da lei, eu tenho dúvidas se é essa lei, uma federal foi declarada inconstitucional, mas eu acho que foi uma federal, em que a gente ia banir alguns produtos das cantinas.

Nós tivemos que fazer... Eu sei disso porque no Ministério da Saúde, junto com o MDS, nós fizemos um movimento ao contrário, nós juntamos com as escolas particulares, tem um sindicato nacional muito poderoso, e fizemos um movimento nacional nas cantinas das escolas privadas de alimentação saudável e de fim de ultraprocessado. Teve uma repercussão enorme. Depois o Ministério, com a mudança de governo, suspendeu essas atividades. Mas é possível fazer isso. Agora, tendo um amparo legal e tendo uma rede própria muito extensa e em edição dos municípios mais ainda, eu acho que é um espaço importantíssimo.

Do ponto de vista da oferta da alimentação produzida por nós, nós estamos no caminho certo. Quer dizer, a merenda escolar, a partir inclusive desses movimentos todos com os nutricionistas, com orientação, com capacitação, nós estamos ofertando merenda de qualidade, principalmente comprada

da agricultura familiar, agroecológica. Agora, têm as cantinas, tem o entorno, têm as escolas privadas e tem, evidentemente, o espaço das redes municipais. Eu acho que a gente pode avançar muito. É uma ótima sugestão, nós vamos trabalhar nisso na Caisan.

E eu esqueci de citar, infelizmente a gente ainda está com recentemente aqui eu fiz uma discussão com o procurador-geral adjunto, Dr. Nedens, e a promotora Daniela, da Educação, sobre a nossa dívida. Porque nós tivemos a ousadia, em 2015, foi um dos primeiros atos do governador, pela primeira vez na história de Minas, colocar recurso estadual na merenda escolar, que sempre foi só financiada pelo governo federal. Infelizmente, nós estamos com algumas dívidas, mas a disposição de complementar, ampliando os poucos centavos que, infelizmente, é para a merenda escolar, eu acho que foi também uma iniciativa importante que contribui nisso que você disse da qualidade, né, da oferta no espaço que ele é, ao mesmo tempo, de consumo e de educação. Todas essas escolas, quase 800 que a gente está trabalhando no Novos Encontros, têm o programa de educação alimentar junto para professores e alunos, não é? Mas eu acho que isso é um primeiro ensaio. A gente pode, mesmo fora da região demarcada aí do semiárido, que é foco do programa, para todo o estado trabalhar nesse sentido. Foi uma ideia e um estímulo muito grande.

Rubens, esse assunto seu, talvez seja um dos mais relevantes da saúde pública do mundo, não é? Parte... Hoje a nossa grande carga epidemiológica são as doenças crônicas, e nos seus componentes a nutrição é um deles e é direta, não é, ou indiretamente através do diabetes, da hipertensão, das lesões renais, cérebro e vasculares. As iniciativas vêm... tem programas elaborados, mas eu acho que são todos, na minha opinião, com muita sinceridade, muito tímidos. Tem muita coisa para avançar. Um primeiro dispositivo que a gente batalhou para nacionalizar foi a experiência de Belo Horizonte com os núcleos de apoio ao Saúde da Família. Nós criamos aqui com iniciativa própria, no início dos anos 2000, os Nasfs, aqui chamavam de outro nome, que depois a gente conseguiu universalizar lá em Brasília como um Programa Nacional. Essa coisa de ter uma equipe multiprofissional de apoio à Saúde da Família básica eu acho que é um primeiro passo e o aumento de número de nutricionistas, mas também de fisioterapeutas, de terapeutas ocupacionais, de farmacêuticos, nessas equipes de apoio, eu considero que foi um dos grandes saltos, talvez uma segunda geração do Saúde da Família mais significativo desde a sua implantação, nos anos 90.

Mas nós ainda estamos devendo muita coisa, não é? Porque tem essa pressão da indústria, tem esse nexos com a oferta da comida de verdade com o consumo e a orientação, evidentemente, às famílias e aos pacientes. O tema do cuidado domiciliar, da visita, do cuidador, eu acho que também tem que

entrar nessa lógica, não é só ter a oferta adequada, mas ter formação para a utilização. Aí você está... Eu acho que nós ainda estamos devendo, é muito no campo da saúde. Era um dos componentes do chamado Programa Viver Sem Limites, mas que também ficou muito tímido e depois foi praticamente interrompido.

E o Carlos, como é que foi a sua pergunta, Carlos? Ah, não. Foram várias questões que você colocou muito bem. Esse é um desafio, viu, Carlos? Não é só pela regra nacional, não. Nós achamos, estamos convencidos, mas é um problema mineiro. Em especial. Não é só em Minas, mas nós temos uma diferença enorme da iniciativa de cooperativização e associação em Minas do que, por exemplo, com o Sul do Brasil. Onde a ordem é cooperativar. Não é a nossa realidade. Nós temos muitas dificuldades, não é? Coincidentemente eu tive uma agenda sexta-feira passada com a uma série de cooperativas na organização das cooperativas, a Ocemg. Porque tem essa coisa do mineiro ressabiado que vale também para esse aspecto.

Então, nós queremos que o individual, claro que não pode excluí-lo, mas a tendência de, num ciclo de produção tão disputado e tão complexo, a cooperativa ou a associação, o formato jurídico que tiver, é o caminho. Porque não é só no aspecto da comercialização. Nós temos na compra de insumos. Porque o produto entra caro, é de multinacional, é outro mercado carteirizado no Brasil, ele entra caro na porteira e sai barato da porteira. Essa é uma imagem forte. Ele entra caro como insumo e sai barato. Então, a cooperativização para a compra de insumos, para uso dos implementos e das máquinas, que é difícil para o pequeno ter acesso.

Depois, na questão da comercialização, da formação, não é fácil hoje você ter a disposição um técnico agrícola, apesar da nossa questão do jovem no campo ser ainda um desafio para a manutenção, para a sucessão rural, temos iniciativas importantes nas escolas, especialmente as federais, é ainda um desafio o apoio técnico.

Então, nós temos que insistir nesse caminho. Nós estamos vendo que já tem produtos de iniciativas nessa área que a gente está trabalhando mais com determinação, no semiárido mineiro, de muita iniciativa nesse sentido. Então, eu acho que será salutar também para o PAA a junção de esforços, não é? E eu acho que, com isso, fazer uma contaminação muito positiva dos pequenos produtores.

Eu tenho visto isso caminhar muito grande. Os processos que a gente está fazendo da certificação, que não é só do café, o certifica Minas tem café, tem laticínios, agora vai entrar frutas, têm outros produtos, está estimulando esse tipo de debate também. E a Emater está claramente, abriu uma área de relações institucionais claramente em parceria com a Ocemg de atuar no apoio a essa iniciativa

junto com o Sebrae, evidentemente. Mas é muito pertinente esse assunto.

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Secretário, se o senhor me permite, tem mais uma pergunta, a Lorena pediu para fazer.

SR. HELVÉCIO DE MIRANDA MAGALHÃES: Pois não.

SRA. LORENA: Boa tarde. Aqui. O senhor acabou respondendo a minha pergunta. Mas um comentário importante, eu sofri um sobrepeso na minha adolescência, e eu vejo que é muito importante a conscientização, porque é muito injusto você oferecer para uma criança uma maçã sendo que dentro da casa dela é oferecido bolachas com alto teor de açúcar, etc. Então, investir na conscientização às vezes poderia ser uma preocupação... não uma preocupação, mas um investimento muito bom, não só frear, não é, a entrada, barrar a entrada desses alimentos na escola, mas fazer com que a criança e o adolescente, ele crie essa consciência de que os alimentos com alto teor de carboidrato, etc., pobres em nutrientes, são nocivos para a saúde dele, para ele ser capaz de fazer essas escolhas, não é?

E eu vejo que... Eu trabalho numa unidade de saúde, em Sabará, e já trabalhei três anos para a Secretaria de Saúde também, em Sabará, e eu vejo que, pelo menos no município onde eu trabalho, não existe muito essa conscientização de nutrição, etc., nas escolas, na Secretaria mesmo onde eu trabalho, eu trabalho numa unidade, hoje vendo a ponta, eu não consigo enxergar um incentivo à boa alimentação, etc.

Eu acho que a gente que está na ponta, a gente pode fazer reuniões com a população, etc. Então, investir na conscientização seria muito bom, até mesmo para a economia, que quem é saudável não vai a posto de saúde, etc.

SR. HELVÉCIO DE MIRANDA MAGALHÃES: Não, Lorena, sua pergunta foi... Não foi completamente respondida por mim, porque eu queria voltar a abordar esse assunto. É que o Antônio Joaquim também já tinha colocado. Nós temos uma experiência... Assim, a minha posição, salvo crítica evidentemente, é: esse é um problema tão complexo, porque ele não pode ser olhado simplistamente, porque tem muita grana envolvida. Ela é palco do centro do capitalismo mundial hoje. Esses são grandes conglomerados, é similar à indústria farmacêutica, que só tem similar na indústria de armamento.

Então, nós estamos falando do centro do capitalismo mundial. Esta é uma questão clara que tem que perpassar tudo. Não vamos fazer uma mudança estrutural, não podemos ficar aí esperando. Mas isso é importante porque se os países e a periferia tem mais dificuldade de chegar nesse estágio, a periferia do capitalismo mundial, como é o Brasil, se ele não atacar em todos os pontos, nós vamos...

Não é possível mexer nesse hábito sem regulação da publicidade infantil. Não é possível. Simples assim.

Por isso que tem aspectos legais e normativos, e essa é uma guerra que ainda está perdida. Nós não conseguimos regular a publicidade infantil no Brasil. É a questão da rotulagem, os transgênicos são fundamentais, é verdade, está com risco de cair agora. Uma pequena iniciativa. Mas nós temos mais. Quem entende o rótulo? Como é que entende o rótulo? Então, tem um campo normativo legal e punitivo que é fundamental. Nós temos uma geração quase perdida. Uma segunda geração já quase perdida. Se a gente não atuar com foco na criança, aí vale a escola, vale o hábito, vale a conscientização, vale a unidade básica, vale a briga pela amamentação, depois os alimentos naturais, a história da comida de verdade logo na primeira infância, mas rotulagem, publicidade infantil. E o Brasil é reconhecido no mundo por ter tido, e continua, ter tido o mais bem sucedido programa do mundo de redução do tabagismo. Não tem similar no planeta da experiência brasileira. Foi só com conscientização? Não. Foi com médico, pneumologista, cansado de falar que dá câncer ou que dá DPOC? Não. Tirou a propaganda de cigarro das corridas de Fórmula 1 e dos jogos de futebol. Tirou outdoor de cigarro. Regulou duramente o maço de cigarro. E fez restrição à utilização. Quem imaginava banir no Brasil... E você vai em qualquer lugar, claro que vai ter exceção, você vai em qualquer lugar deste país, está proibido. Quem que imaginava isso há 20 anos atrás? Está proibido o uso do cigarro dentro de ambientes fechados, em bares, não é? Que isso transcendeu para a Europa. Quem imaginava os franceses não fumar dentro dos seus bistrôs? Você ia imaginar que na nossa geração se fumava dentro de avião. Separado por uma cortina imaginária.

Então, assim, você tem toda a razão, é possível persistir. Eu acho que a escola não tem lugar mais estratégico para a gente atuar, não é? A unidade de saúde, as unidades de saúde vem a seguir, mas com menos potência. Agora, sem atuar dentro da disputa da causa, e no caso da alimentação tem rotulagem, tem publicidade infantil, nós vamos... não vamos conseguir ir muito longe, não é?

Essa questão do refrigerante, por exemplo, que é um superprocessado, é sintomático. Uai, têm muitos lugares que tem na merenda. Têm muitos lugares que tem oferta. A discussão com a alimentação do trabalhador, que é um programa estruturado, financiado pelo Estado Brasileiro, tem empresas que oferecem refrigerante. Até hoje. Com o apoio de nutricionista.

Quer dizer, tem pressão às mais poderosas da indústria, tem a sua legitimidade, é campo de disputa. Mas eu acho que nós temos que ficar atentos. E aí a questão da regulação clara nesse conceito moderno de direito do consumidor, eu acho que tem tudo a ver e nós temos que persistir nisso. Eu acho que nós podemos, e eu diria, viu, Amauri, que, do ponto de vista do governo do estado, teremos todo o

apoio, toda a sinergia de, com o Ministério Público, junto com as prefeituras e as entidades, serrarmos fileiras para ter um ganho na questão da saúde, que é a prevenção onde mais ela é claramente definida como de resultados de serem alcançados em saúde.

Além disso, tudo, é muito mais barato, é muito mais prazeroso e vira vida, que é fundamental. Eu acho que o avanço que foi a seguir, gostei de ver na sua mão, tem que exercitá-lo como o que está nele é contudo, agora ele tem que se transformar numa série de normativos, numa série de legislações, e uma série de fiscalizações e várias aqui apontadas.

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Bom...

SR. HELVÉCIO DE MIRANDA MAGALHÃES: Estou liberado?

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Nós vamos fazer um intervalo. Eu queria só colocar aqui para o secretário o número que eu pedi. Em Minas Gerais, nós temos 296 comarcas. Em cada comarca nós temos promotores da área de Saúde, da área Ambiental, da área do Consumidor e Direitos Humanos, Patrimônio Público, todas as áreas que naturalmente têm interface com a segurança alimentar. De Primeira Entrância, que são as comarcas menores, são 180. O que é que isso significa? Que o promotor, que possivelmente está nessas 180 comarcas, ele faz uma clínica geral. Ele é do Meio Ambiente, ele é da Saúde, ele é do Consumidor, é do Direitos Humanos e de outras áreas de atuação. De Segunda Entrância, são 87. E de Entrância Especial, que há já uma especialização maior, são 29.

Ontem eu conversava longamente com o Leonardo. E o Leonardo me mostrou assim, numa conversa rápida, toda a relação existente, por exemplo, com o Naes, que é o núcleo de assistência...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [01:38:28]: Nasf.

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Nasf, a Saúde da Família com o Cras, não é, que é o Centro de Referência em Assistência Social. Então, nós fomos conversando, então ele me mostrou para cada Secretaria uma diversidade de projetos que se comunicam dentro da Câmara Governamental de Segurança Alimentar e Nutricional. E aí eu coloco isso por quê? Porque o promotor de Justiça, secretário, ele não tem essa visão prática.

SR. HELVÉCIO DE MIRANDA MAGALHÃES: Claro.

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Essa visão clara dessa ligação. Então, uma coisa que eu disse ao Leonardo, aí não podia deixar de falar com o senhor, se a gente pudesse ter uma publicação ou ter um material que mostrasse isso para os promotores, eu penso que os promotores teriam nos municípios uma atividade diferenciada, porque a gente conhece muito de leis, não é,

Antônio? A gente conhece a lei orgânica, da insegurança alimentar, etc., mas não tem toda essa contextualização dessa articulação e dessa organização que é uma coisa...

SR. ANTÔNIO JOAQUIM SCHELLENBERGER FERNANDES: É com a proposta do Helvécio, quer dizer, ele quer o promotor como articulador do município.

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Pois é, exatamente. Então, secretário, a questão da adesão dos municípios ao Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional, a gente vai tentar fazer, a gente vai passar para os promotores os modelos que vocês já têm, não é, de adesão, e talvez uma recomendação para os gestores com esse material. A gente vai de procurar fazer.

Essa discussão aqui, ela vem a esse propósito, não é, de fazer com que a gente possa discutir isso.

Agora eu queria fazer exatamente uma solicitação, que fosse, de alguma forma, a gente poder criar, elaborar um material que a gente pudesse destinar para os promotores, situando a questão municipal e toda essa relação que existe nos órgãos, nos equipamentos públicos com a segurança alimentar de uma forma bem articulada, se a gente pudesse ter a ajuda da Secretaria. A gente tem... Eu passo a palavra para o senhor. Vamos lá.

SR. HELVÉCIO DE MIRANDA MAGALHÃES: Não, Amauri, primeiro, não só topando, nós podemos... Uma sugestão, o Leonardo está aqui me lembrando, a gente está finalizando uma série de textos, mas nós precisávamos, nessa linha, ter um específico, porque eles é que sabem... É igual o professor que sabe falar para professor, é promotor que sabe falar para promotor. Então, a gente tem que fazer a quatro mãos do ponto de vista institucional, com o conteúdo, evidentemente, que a gente tem. A gente podia marcar, viu, Amauri, rapidamente uma reunião pequena, para a gente traçar qual é que seria isso. Nós temos os conteúdos, e a gente rapidamente produzir isso. A gente faz esse compromisso.

Então, gente faria uma agenda, eu faço questão de participar, viu, Renato, já acertar isso, para a gente fazer uma agenda comum entre nós e roteirizar isso e a gente em curto espaço de tempo ter esse material, junto com o Consea evidentemente. Eu acho que isso é plenamente possível. Porque eu acho que esse é um caminho, assim, sem volta, e muito propositivo para chegar em quem às vezes está alheio a esse tema. Essa capilaridade, ela não é pouca coisa, é muita coisa. E o promotor às vezes fica sozinho, fica isolado, não é? E é, assim, faço parte da utilização da sua legitimidade, da sua capacidade de interação com os gestores. Isso vai dar um alento - eu te garanto - vai dar um alento a milhares - e são milhares - de técnicos, de militantes que estão nos municípios, esperando um apoio dos gestores. E que

você não é envolvendo dinheiro, é envolvendo articulação, disposição, capacidade de iniciativa. Então, está topado. Eu acho que a gente via ver isso.

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Vamos marcar uma reunião, não é, Renato?

SR. HELVÉCIO DE MIRANDA MAGALHÃES: E a gente elencaria outras ações que a gente poderia fazer de comum acordo, tá?

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Ok.

SR. HELVÉCIO DE MIRANDA MAGALHÃES: Fica topado agora.

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Então, temos um intervalo agora para o lanche e, na sequência, nós retornamos com as outras palestras.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Vamos entrar para a gente recomeçar.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Não, sem problema. Está joia. Mas depois você passa para ele o movimento. Nós vamos recomeçar, então. Cláudia, chama todos, por favor, aí fora. Vamos ficar à vontade.

Renato, eu queria te convidar para você vir para a mesa, que aí você fica representando a Caisan.

Bom, eu queria, então, ter o prazer de convidar o colega Leonardo Cury Martins, que é assistente social no Banco de Alimentos de Ribeirão das Neves e professor no curso de Serviço Social no Centro Universitário Unihorizontes. O Leonardo vai nos contar um pouco desse trabalho que ele vem fazendo em Ribeirão das Neves e que, como eu disse, conversando com ele um pouco ontem, eu fiquei, assim, muito, muito animado. Porque ele conseguiu de uma forma, assim, simples, mostrar toda a ligação entre as áreas das Secretarias com a segurança alimentar. E falando de uma forma, assim, bem prática em relação aos serviços municipais e essa interligação que há na questão da segurança alimentar.

Então, Leonardo, fique à vontade aí. A gente, agora são 4h30, a gente vai aqui até 5h10, 40 minutos, e depois a gente segue com a fala da Cida e, posteriormente, a gente abre, vai ter um tempo menor, mas a gente abre para um debate aqui com todos vocês.

O evento está sendo gravado, eu ia pedir que só se pudesse, na medida do possível, ler a informação dos slides, aí a gente capta na gravação, e quando a gente encaminhar para os

interessados, todos poderão ter uma leitura melhor da própria degravação.

SR. LEONARDO KOURY MARTINS: Obrigado, Amauri. Em nome do Amauri eu agradeço a todas e todos os servidores do Ministério Público de Minas Gerais, assim, coordenador do nosso Procon Estadual. Também aqui agradecer as duas colegas, essa Mesa está ficando cada vez mais feminina, não é? Tanto a Renata, querida amiga e professora, a Renata, e também a Cida Miranda, minha companheira de militância e de muita luta, tão só na perspectiva do direito de uma alimentação adequada, mas do âmbito da participação social, representando não só o Consea, mas os Conseas Municipais, no qual eu faço parte aqui em Belo Horizonte do Comusan, enquanto conselheiro, e de todos os município e aqui presentes, não é? E, obviamente, minhas colegas de trabalho, de cotidiano do município de Ribeirão das Neves, que trabalham comigo não só no banco de alimentos, mas no Procon Municipal, na prefeitura, e também que a Vanusa e o Carlos, que estão conosco no dia a dia da Rede Metropolitana de Bancos de Alimentos.

Bom, como eu havia ontem conversado bastante sobre essa perspectiva do que é ser um município, um ente federado com tantas responsabilidades e, ao mesmo tempo, tantas dificuldades, assim, para o número de responsabilidades e ausência não só de recursos financeiros, mas também de regulamentações, organização e de execução das competências, não é? Eu acho que os municípios brasileiros, eles são muito pouco ouvidos perto da relação que eles têm com as tarefas de cidadania, que é a relação direta com a população local, com as demandas, com o entendimento de cidade, de território.

E quando a Renata e, posteriormente, a equipe do Ministério Público e o Amauri havia nos convidado para poder aqui discutir. No papel do município a primeira reflexão que eu quis fazer, e tento contribuir aqui com todas e todos que estão aqui presentes, é sobre quais são os olhares que a gente tem para uma cidade. E, assim, esses olhares, eles expressam inclusive a forma que a gente vai fazer gestão. Assim, o meu olhar, por exemplo, sobre Ribeirão das Neves e a política de insegurança alimentar e nutricional, é um olhar de que nós fazemos a cidade que a gente constrói no dia a dia.

Eu tive a oportunidade de ser servidor do governo federal, de participar também, como o Helvécio aqui havia falado, eu não abandonei o estado, assim, eu estou presente no dia a dia do estado e tento contribuir com o que eu posso, mas também tive a oportunidade de estar na gestão pública estadual, mas os municípios, consideravelmente, viu, Amauri, se encantam, o nosso cotidiano de trabalho, porque a gente percebe que as boas ações, em especial, o tanto de impacto que causam num município em especial, quando a gente fala que é o terceiro município com a menor arrecadação per

capta do Brasil.

Vocês imaginarem que o município de Santa Luzia, que é o segundo município com a menor arrecadação de Minas, ele é o quadragésimo sétimo em arrecadação per capita do Brasil, dizendo que depois de Ribeirão das Neves, em Minas Gerais, só Santa Luzia é mais pobre. Ele é o quadragésimo sétimo e nós somos terceiro. O tanto que pensar uma política para toda a cidade... E aí a gente vai tentar mostrar que alguns olhares da cidade para a gente compreender o tanto que a gestão pública pode pensar uma cidade fragmentada, complexa, com dificuldades, mas, ao mesmo tempo, o tanto que essa cidade, ela pode ser integrada, correlacionada dentro dos seus programas, serviços, os seus objetivos municipais, assim, que sejam da gestão, que sejam no âmbito mais da administração pública geral ou até mesmo no seu sentimento de estado, através das leis, dos decretos municipais.

E, pensando nisso, como o Helvécio, o próprio Amauri havia dito, não há como a gente não pensar o território na sua integralidade. Porque eu acredito que o que o cidadão espera, não só da prefeitura, mas das Promotorias, do próprio Poder Judiciário, do Poder Legislativo, é que essa população seja vista na sua integralidade.

A mesma criança e família que está numa situação de pobreza, que recebe um benefício de transferência de renda através, por exemplo, do Programa Bolsa Família, né, que tem o seu cotidiano de vida acompanhado por uma assistente social lá do Centro de Referência, que é o Cras, que faz as suas atividades coletivas, é a mesma família que frequenta a Unidade Básica de Saúde, que tem as suas demandas advindas aí do Programa Saúde da Família e, ao mesmo tempo, são, muitas das vezes, as mesmas crianças que estão, seja nas escolas municipais ou estaduais, porque são equipamentos territoriais, independente da competência do seu ente federativo, estão no dia a dia dão território, não é? E, ao mesmo tempo, se a gente for pensar uma cidade, é aquela que utiliza o transporte público, é aquela que depende de uma política de planejamento, que junta o Poder Legislativo, repense cotidianamente o papel do território, como a gente está vendo aí nesses últimos anos, a revisão dos planos diretores municipais.

E se você for pensar no âmbito da alimentação, isso ainda é mais integral, não é? Porque esse mesmo sujeito, essas mesmas pessoas que frequentam todos esses equipamentos e serviços comem. Com talvez uma concepção de alimentação, mas com várias orientações e diálogos dentro do município, que se não tiverem integrados vai ser divergente. Como foi colocado, não é, vai sair da escola, onde tem a maçã, que nem é produzida em grande escala aqui em Minas Gerais, mas ainda é o imaginário da alimentação escolar, mas vai chegar no Centro de Referência de Assistência Social e vai comer biscoito de

farinha, não é? Aquela coisa que é colocada entre uma atividade e outra, que não sustenta o nosso ideário aí, direito humano à alimentação adequada. E que, se bobear, quando for para outras atividades do próprio município, se não tiver uma integração, por exemplo, com o Núcleo de Apoio à Saúde da Família, como o próprio Rubens aqui havia citado na sua fala, vai ter uma orientação nutricional completamente divergente, com o seu direito humano à alimentação adequada.

Então, garantir os direitos humanos é compreender a cidade e as necessidades de cada uma e cada um na sua integralidade. Se a gente compreender isso, a gente vai entender o que a Lasbeck, que é uma professora do serviço social diz, sobre intersetorialidade, que ela não se faz por decreto. E é claro, a gente tem no caso da segurança alimentar e nutricional, a Losan, que é a nossa Lei Orgânica, um entendimento de intersetorialidade muito avançado. Mas isso só se perpetua e se constitui a cada cotidiano de cada município se esse entendimento de direito for entendido por todas e por todos.

E aí eu tomei a liberdade, para a gente poder falar um pouco de como é que isso na prática, de pensar esses olhares diferentes para uma mesma cidade e como a cidade que eu trabalho, sou servidor e escolhi estar nessa cidade, através de concurso público e através da minha dedicação cotidiana - porque eu trabalho 20 horas semanais, mas todos os dias, que eu sei a falta que faz quando alguém não vem no município e não tem alguém para ser atendido - tentar pegar um pouco de como é que esses olhares podem ser para uma mesma cidade, mas a integração das políticas públicas, ela deve ser única para que a gente possa atender melhor a população.

E aí, quando eu fui construir esses slides, a primeira coisa que eu pensei é mostrar Ribeirão das Neves de acordo com, talvez, o maior dicionário do mundo, que é o Google. Assim, quem de nós não usa esse maior dicionário do mundo, muitas das vezes até de forma equivocada, para poder pensar a cidade, não é?

Então, se a gente for ver, aqui a gente vai ver Ribeirão das Neves, vai aparecer, quando a gente digita a palavra entre as principais notícias, “PM detém participante de não sei o que”, mas vinculada à criminalidade. “Baile funk em Ribeirão das Neves termina com 22 mortos”. Você vê, há quatro horas atrás foi dada essa notícia. Que aí quando eu fui abrir essa notícia, essa notícia era de 2016, mas é porque, como alguém comentou, aí a notícia volta para os *trend topics* e volta para o Google.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO [01:56:20]: Vinte e dois presos.

SR. LEONARDO KOURY MARTINS: Isso, 22 presos. Obrigado. E aí também o mesmo baile funk, não é? E aí a gente vai vendo na mesma tela do Google, que é isso que eu falo, como a gente olha a

cidade, a primeira coisa que a gente geralmente tenta construir do imaginário de uma cidade pelas principais notícias, notícias da televisão. A mesma televisão que faz o menino desde pequeno ver um desenho animado, onde o desenho animado todo mundo come hambúrguer e ser feliz, é a mesma televisão que, muitas das vezes, o horário comercial vai passar a campanha - não posso falar aqui o nome do McDonald's por uma situação de processo - mas o McLanche Feliz, ele agora tem suco com 30% de açúcares. Se alguma nutricionista possa estar aqui eu, eu acredito que possa ter até mais do que isso. Mas, ao mesmo tempo, a gente tem, na lateral, um pouco do entendimento de Ribeirão das Neves no sentido geográfico, no sentido espacial, não é?

E aí, nas próprias imagens do Google, quando eu fui digitar Ribeirão das Neves, na pesquisa, primeiro, mostrou essa imagem possivelmente de uma das ruas do município, assim, a gente percebe ausência de asfalto, assim, um descaso ambiental ali, uma árvore a menos no município. Não se diz muito o porquê, trancando o caminho. A gente vê os movimentos sociais. E aí, essa imagem, ela é muito representativa, porque na descrição dela me lembro por ter participado por parte dessa manifestação, que era ali do entorno da BR-040, aonde as pessoas não têm uma passarela e atravessam as ruas todos os dias, não é? E havia morrido uma criança no dia seguinte. E aí, os movimentos resolveram parar a BR-040, próximo ali da entrada do bairro Veneza.

Mas, ao mesmo tempo, as imagens mostram uma cidade alagada pelas chuvas. Ribeirão das Neves, mais de 70% da sua topografia, ela é inapropriada para moradias. Mas como as regiões metropolitanas, historicamente no mundo, não é, e aí se for pegar os conceitos tanto da demografia quanto da relação, da geografia populacional, a gente percebe que onde há riqueza há necessidade do capital produzir uma grande malha de populações sem acesso a serviços públicos, em situação de pobreza, e aí acaba que esses municípios, como Ribeirão das Neves, viram um berço do descaso social da economia, não é? Essa imagem inclusive, se eu não me engano, é de uma região que tem nome de horta, a Vila Hortinha, mas... Vila Hortinha. Mas fica entre alguém que tem gado, alguém que tem milho, mas muitas vilas e favelas, um grande córrego, e quando chove, geralmente são os primeiros lugares que alagam, é lá, a Vila Hortinha e a região da Santa Fé, que é mais para baixo do município, na região de Justinópolis.

E também a gente tem entre as imagens, eu fiquei muito feliz que essa imagem é a imagem da nossa feira de final do ano, do dia 23 de dezembro, onde a gente promoveu uma Feira da Agricultura Familiar e da Economia Popular Solidária, onde a gente, através do próprio Kit Feira, que o Helvécio aqui havia falado, o município nosso foi contemplado, garantiu para a população uma alternativa, não só no

sentido alimentar e econômico, de poder comprar algo que não seja algo do comércio tradicional, mas também renda, não é? Aqueles agricultores e agricultoras que estiveram lá trabalhando e também aqueles feirantes numa possibilidade de o município compreender que isso é uma política pública, não é?

Porque não é só porque tem produção que isso vai gerar pura e simplesmente a economia local. Aquele mesmo agricultor e agricultora ali, Amauri, ele poderia estar destinando 100% da sua produção ao Ceasa, que vai voltar para um grande atacadista, que vai voltar para uma grande rede de varejo, que vai vir com o selo de um preço que, com certeza, não vai ser o preço inicial daquele produto.

Então, o município, por exemplo, entender, as feiras da agricultura familiar como uma estratégia, não só para fortalecimento da sua economia local, mas também por garantir esse espaço de comercialização, ele garante ali também, dentro daquela mesma barraca de feira, uma qualidade melhor nutricional e isso impacta na saúde, né?

Uma ótica que a gente havia falado aqui mais cedo com o Helvécio e o Amauri, relacionado à questão da educação alimentar e nutricional que não se faz só no espaço escolar, mas nessa rotina, nesse cotidiano da cidade. A própria política de trânsito, porque a rua passa carro todos os dias, não é? Por que não pode parar a rua em um momento para passarem pessoas? Para que as pessoas pudessem ter um espaço de lazer, não é? Em especial nas cidades mais pobres, onde não há praças, não há áreas verdes, insuficiência para o tamanho da sua população.

E aí, não só atento às imagens, dois dados aqui são muitos interessantes. O primeiro dado, que é vinculado ao Pnad e ao IBGE e também à política de saúde, são dados cruzados, o primeiro vai mostrar a relação da área territorial que tem cultivo de algum tipo de alimento. A Renata é que gosta desses dados metropolitanos, o doutorado dela foi sobre isso. Olha que interessante. Eu achei há poucos dias. Se você for ver o verde, que é a média nacional do que é produzido em percentual no território do Brasil, é 7,67%. E Ribeirão das Neves é 0,25%. A gente fala: “Pô, Ribeirão das Neves não tem nem agricultura, porque 0,25% do total do território que tem produção?”. Mas se a gente for pegar na perspectiva da produtividade agrícola, por área plantada, Ribeirão das Neves é acima da média nacional. Apesar de ter menos espaço de produção, se você for pegar a média nacional que por hectare é R\$ 1.075,00, em Ribeirão das Neves é R\$ 1.776,00. Então, quer dizer, o agricultor de Ribeirão das Neves, ele tem mais possibilidades de que o que ali é produzido ter maior valor econômico, e isso garante para ele uma melhor qualidade de vida... Porque quando o Helvécio, a Renata, as colegas aqui da Secretaria Estadual de Educação, da Secretaria Estadual de Saúde, que participaram no dia a dia da construção da Caisan

estadual pensam a política estadual, sabem o tanto que eu estou falando o que enfrentamento à pobreza no campo é porque as pessoas mais pobres de Minas Gerais são agricultores e agricultores familiares. As pessoas que mais passam fome são quem produzem alimento. As pessoas que menos têm acesso a bens básicos e a condições, por exemplo, de vestuário, de materiais de limpeza, são os agricultores e agricultoras.

Então, compreender essa perspectiva é garantir com que a gente pense uma produtividade que não faça com que o próprio... E aí responsabilidade conjunta entre as Secretarias municipais, por exemplo, de pensar uma política de educação no âmbito do meio ambiente, no âmbito da Emater de Minas Gerais, que ela está em boa parte dos municípios, na lógica da assistência social, na construção de uma política de saúde voltada à população do campo, de que: “Olha, você, em Ribeirão das Neves, tem uma renda maior pelo que você produz”. Mas se você só produzir hortaliça, você vai ter que vender toda a sua hortaliça para poder comprar mandioca, feijão. Por que não cultivar novas possibilidades de produção para a sua própria subsistência, para a sua alimentação e garantir, além da qualidade de vida melhor para você e para a sua família, também garantir para as cidades da região metropolitana outras culturas alimentares para que isso valorize a nossa forma de pensar a soberania alimentar como um direito também?

E aí esses olhares trazem para nós uma interpretação de o que a gente pensa das cidades, não é? E, muitas das vezes, as cidades, elas estão presas ou por uma perspectiva das políticas sociais, em especial saúde e educação, assistência social, segurança alimentar, como se fosse uma política social, nas cidades que são mais preenchidas por um território rural, a agricultura familiar, ela vira uma política na área da economia. E aí a gente faz algo que a gente disse no início, que é um grande perigo, não é? É a gente pensar a agricultura familiar, por exemplo, pela economia, e aí um desenvolvimento dessa agricultura voltado ao agrotóxico, ao transgênico, a grande produção agrícola, ou quando a gente pensa enquanto política social, a gente tenta garantir dentro das equipes do território e das políticas sociais uma discussão de alimentação, mas se desvincula desse entendimento de cidade, que passa por um planejamento que deva ser coletivo.

Ribeirão das Neves, a partir da sua história, e aí desde 2013, quando eu tive a oportunidade de, pela primeira vez, estar trabalhando no município, a gente pensou muito vinculado a um entendimento de organização e planejamento estratégico que o Carlos Matos nos ensina, não é? Eu tenho que ter informação para conhecer a cidade. Eu tenho que ter a participação das pessoas dessa cidade. Porque vocês imaginam, se o Google tem esse tanto de informação, quanto de informação esses municípios

devem ter a mais? Quanto que, levando em consideração a própria lei de acesso à informação, o quanto de conhecimento que cotidianamente essas políticas públicas se organizam e quanto que a população tem acesso disso, não é? Eu acredito que a gente ainda está muito longe de dizer que onde a gente tem um Nasf, que trabalha com a política de Saúde da Família, a população compreenda o que essa é política de Saúde da Família. Mas se a população compreender isso, a gente vai conseguir, não só estratégias de execução das políticas públicas mais eficazes, mas a gente vai conseguir integrar não só o Ministério Público, mas também os outros poderes, dessa compreensão de que essa cidade articulada, ela garante o direito à vida. Porque, assim, alimentação é o direito à vida. Eu acho que nenhuma ou nenhum de nós aqui vai discordar que qualquer bem básico tirado de nós não faz tanta falta quanto um alimento. E, ao mesmo tempo, não é todo alimento que a gente está aqui falando, não é? Mas é o alimento que é produzido e concebido pela organização da população através de um território, não é? Não pelas indústrias.

E depois falei com o Helvécio, antes de ele ir embora, que vale lembrar que essa comparação muito feliz que ele fez da indústria farmacêutica com a indústria de alimentos são as mesmas indústrias. Porque a própria Bayer que produz o remédio para dor de cabeça é quem mais produz agrotóxico para poder melhorar a sua produtividade, em especial no trigo e no milho, que são produtos que tanto nos alimentamos, não é? Então, assim, imaginem só que quem...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. LEONARDO KOURY MARTINS: Sim, tanto agrotóxico, as sementes, o que eles chamam de biodefensivos, os reagentes naturais. Toda aquela produção passa por uma lógica que não é essa lógica. As pessoas tendo acesso à informação, participando do cotidiano da cidade e as estratégias garantindo políticas públicas que sejam de interesse de toda a população.

Mas, voltando aos olhares, e aí como eu falei com o Amauri, se o Ministério Público tem um monte de setor, um monte de caixinha e cada uma, muitas das vezes, no tamanho das suas atribuições, das suas tarefas cotidianas, acabam se rendendo do dia a dia e não pensar um planejamento conjunto, uma organização de políticas públicas que pensem o sujeito na sua integralidade, vocês imaginem como que isso é destrutivo se o município pensar nas suas caixinhas e de forma isolada.

Esse primeiro mapa, para quem vai estar posteriormente tendo acesso às informações desse encontro, ele é de uma Ribeirão das Neves no âmbito da demografia. Às vezes é interessante a gente ter esse acesso, porque ali a gente vai pensar: onde moram mais pessoas, onde moram menos pessoas, aonde é necessário ter mais equipamentos públicos, onde não é necessário ter mais equipamentos

públicos.

Um segundo mapa, que esse é muito usual dos municípios, é na fragmentação territorial. Porque de fato, pensar municípios acima de cem mil habitantes, com uma grande extensão territorial é um desafio. Mas aí a fragmentação territorial a gente faz que os problemas de Justinópolis, em Ribeirão das Neves, ficam para Justinópolis, os problemas do Veneza e do centro ficam para o Veneza e do centro, e a gente não pensa uma cidade, né?

Um outro mapa que a gente apresenta aqui, que é pela... foi de fonte da Agência Metropolitana 2016, eu acho que a Renata vai lembrar, foi do encontro que a gente fez até na Emater, que o Helvécio também esteve presente, outros atores também, como a própria Agência Metropolitana, que são muito importantes nessa discussão do estado, pensando como é que a cidade é vista hoje. E esse hoje é o Plano Diretor de Ribeirão das Neves. A gente pode ver uma cidade muito cinza e com poucas áreas verdes, e áreas de preservação ambiental. Mas muito cinza, não é? Quem passa de carro por Ribeirão das Neves, por exemplo, quando a gente vai para Sete Lagoas, a gente passa por uma grande parte da BR-040 e muito verde, não é? Se a gente for pegar a própria BR-040, que corta ali a cidade como um todo, é muito cinza, não é? Porque o Plano Diretor, ele não espelha a realidade do município. Ele pensa algo que é verde para ser futuramente algo que é cinza.

E como é que pode ser pensando inclusive numa lógica da própria economia, se o município apesar de pouco espaço de cultivo tem tanta produtividade, tanto lucro para a venda daquele produto da agricultura familiar, por que não pensar deste cinza mais verdes? Que já existem e que estão ameaçados porque, nas revisões do Plano Diretor, muitas das vezes, os municípios simplesmente repetem o que já foi construído em 2010, que já foi construído em 2000, o que já foi construído na década de 90 e, assim, regularmente, não é? Mas os olhares indicam também como que a gente pensa uma gestão e como é que a gente pensa a garantia da alimentação saudável para a população.

Essa aí foi, inclusive, uma proposta da agência metropolitana, no seminário que a gente havia feito, de pensar a Ribeirão das Neves de hoje, no Plano Diretor, porque na vida real ela não é assim. É uma cidade de Ribeirão das Neves, uma cidade de grande porte, na região metropolitana, que é aonde quem produz as regiões, por exemplo, da própria região do Areias, Paraíso das Piabas, os agricultores dos entornos da Fazenda Castro e outros espaços, onde há haitianos inclusive, refugiados brasileiros moram na cidade e produzem a sua própria alimentação. Porque é uma prática da população do Haiti comer rabanete e outros tipos de alimentos, que não são casuais no seu cotidiano. E a gente tem agricultores e agricultoras que são alternativos, inclusive a nossa primeira concepção de agricultura

familiar, então estão ali nas margens da BR-040, onde era tudo cinza, mas pode ser verde também, produzindo o seu próprio alimento e, inclusive, garantindo o mínimo de comercialização para a sua vida, não é?

E, claro, se a intersectorialidade, como a lasbeck disse, não é por decreto, a nossa construção das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, elas também não se dão do dia para a noite. “Ah, o Leonardo voltou para Ribeirão das Neves, agora Ribeirão das Neves tem a política de segurança alimentar e nutricional.” Não. Em 2008, por exemplo, foi criado, há muito tempo, o que a gente chama de gerência de segurança alimentar e nutricional, o primeiro conselho municipal, o primeiro momento que a cidade participou de forma organizada de uma conferência, né? E aí depois, em 2009, a criação do banco de alimentos, é um equipamento público. Hoje a gente tem um restaurante popular na Cidade dos Meninos, que garante um direito à alimentação a um preço popular para boa parte dos trabalhadores e trabalhadoras que estão na região do centro, muito também desse período.

Em 2013, a gente criou uma tentativa de primeiro Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional. Era quase que uma planilha de Excel com aquele quem, como, onde, quando. Mas foi dando muito certo, né? Porque...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. LEONARDO KOURY MARTINS: É, aquela velha tentativa nossa de construir um planejamento, mas que o importante aqui a gente sinalizar, que ele não ficou só no plano municipal, porque senão tinha acabado o banco de alimentos, que às vezes muda de governo e acaba o equipamento público. Muda governo, acaba alguma política estratégica que para aquele governo era, para o outro governo não era. Mas isso se perpetuou.

Em 2015, a gente tem ali a Conferência Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e mais, não é? A Lei Municipal nº 3.081/2015, que é do sistema de segurança alimentar e nutricional, o Sisan de Ribeirão das Neves. E aí, para também não ficar só na lei, a adesão ao Sisan.

Vocês imaginem que a gente está falando aqui, em especial promotores e promotoras que futuramente vão estar dialogando conosco sobre esse material, que o Estado de Minas Gerais tem oito municípios que aderiram. Oito municípios. Vocês imaginem o que é de 853, 8 municípios? Que quando a gente fala da adesão ao Sisan é o máximo de comprometimento, não só legal, mas também político para garantia do direito humano à alimentação adequada e do que a gente entende de política de segurança alimentar e nutricional.

Então, nessa perspectiva é importante a gente lembrar que o Ministério Público, ele é um grande aliado desse diálogo com os entes municipais. Porque, no Paraná, há alguns anos atrás, foi através de uma carta que fazia referência à importância da adesão ao Sisan que o Paraná, hoje, é o grande líder... acho que ainda é, não é? É o maior, não é? É o maior estado com municípios de adesão ao Sisan.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. LEONARDO KOURY MARTINS: Sim. Vocês imaginam isso? Quantos municípios foram pensar na importância de adesão ao Sisan quando o Ministério Público convidou esses municípios - que foi um convite - a conhecer, como que se faz a adesão, a importância dessa política pública?

Então, a gente está vindo aqui hoje, eu enquanto município que tenho adesão ao Sisan, é porque eu acredito que os municípios do entorno de Ribeirão das Neves tem, também, o direito de ter o que a gente vai mostrar posteriormente aqui, como é que essa construção do dia a dia.

E aí, em 2017, a recomposição do Consea. A gente fez dois encontros do campo para a cidade, que é um espaço muito importante, onde a gente utiliza para um diálogo integrado entre quem come e quem produz dentro da cidade, como também outras cidades participando, e a gente faz reflexões conjuntas sobre o andamento dessa política pública, não é?

Em 2018, a nomeação da Caisan de Ribeirão das Neves, no qual eu faz parte como membro dessa câmara, assim, como o Helvécio e outros colegas aqui do estado, a construção do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, que a gente vem encaminhando. E aí, é claro, gente, ser município também tem todas as suas dificuldades, mas viemos encaminhando, não é? Que bom, não é?

E também dentro desse entendimento do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional, as visitas dos próprios conselheiros a esses órgãos. Então, vocês imaginem o que é para o meio ambiente receber a Ana Paula, a Ana Luiza, a nossa colega lá da saúde, nutricionista da política da saúde, receber um diálogo com o meio ambiente sobre como é que a saúde e o meio ambiente podem trabalhar juntos. Essas visitas desses conselheiros municipais, desses atores de políticas diversas, da sociedade civil que acompanha essas visitas, foi muito importante porque a gente finaliza esse processo da construção do plano com uma etapa que a gente chama de conferência de segurança municipal e alimentar mais dois no município, aonde a gente pega o que a gente já avançou e trabalha de uma forma conjunta para a gente poder pensar a cidade entre governo e sociedade civil, porque somos todos e todas cidadãos.

E aí, para a gente ir terminando, algumas imagens. Já dizia que as imagens falam mais que mil palavras, não é? Para também não falar: “Nossa, o cara é cheio de teoria aqui sobre Ribeirão das Neves,

mas eu não vi uma foto de como é que está sendo construído”. A primeira dessas imagens, para quem futuramente vai estar nos lendo, é sobre a relação do Consea e a construção da Caisan, que, inclusive, foi uma exigência do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional e da conferência. Como é que vai fazer a adesão ao Sisan e não tem a Caisan? Cadê o decreto? Cadê a nomeação? Como é que ela está funcionando?

E essa foi uma reunião no ano de 2017, na Casa dos Conselhos, que é um espaço riquíssimo, não só da participação da população, das cidades, mas as outras cidades que também tem, aonde integram vários conselhos, não é? O nosso desejo inclusive é o que Consea, que é o Conselho Municipal de Segurança Alimentar, converse mais com o Conselho Municipal do Idoso para poder discutir a questão da dieta, da qualidade de vida nutricional dos idosos, não é? Que a gente possa fazer esse debate também com o Conselho Municipal da Criança e do Adolescente e de outros conselhos, obviamente.

Essa outra imagem, da Joana, que é a minha colega nutricionista lá do Banco de Alimentos, e a gente falando do direito humano à alimentação adequada num programa, Amauri, que a gente trabalha lá, que chama Cesta Verde. Que é aqueles 30% do Pnae, que, ao invés de irem para o Banco de Alimentos, simplesmente por irem para o banco de alimentos para ir para uma entidade, para outro espaço, eles vão diretamente à população em situação de pobreza, não como uma cesta básica convencional, que é cheia de produtos industrializados, mas através de alimentos produzidos pela agricultura familiar. Há um diálogo, inclusive, que a gente faz com os agricultores que quanto melhor e mais saudável esse alimento, mais a gente vai comprar. Porque é um programa de compra desses alimentos. E a gente debate com essa população do Centro de Referência de Assistência Social, junto com a política de saúde, não é você ir lá e pegar a sua cesta verde, como se fosse uma cesta básica. Mas você come chicória? Ah, eu não como. Mas alguém da sua casa come? Por que você não leva para alguém da sua casa que come. Porque cozinhar é integrar a família. Não é porque eu não como couve que eu não vou ter couve na minha cozinha e no meu dia a dia da minha alimentação. E, ao mesmo tempo, é a forma que a gente vai tendo também de compreender como é que as pessoas conhecem aqueles alimentos. Criança que não sabem a diferença da abobrinha para o mamão, de que não conseguem compreender que existe outros tipos de feijão que não seja o feijão carioca. De que a mandioca é tão importante nas suas condições nutricionais do que outro alimento como, por exemplo, a batata. Que não é produzido na região, mas a mandioca é produzida. Então, a gente tenta fazer esse diálogo lá no cotidiano.

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTÁ: Leonardo, no encontro que nós fizemos aqui,

sobre segurança alimentar, foi falado aqui de uma criança que não sabia o que era o milho. Ele achava que o milho nascia na latinha que tem no supermercado. Isso foi falado aqui. Agora fala, explica só a questão dos 30% do Pnae, só para o público entender.

SR. LEONARDO KOURY MARTINS: Do PAA. É que o PAA, ele é garantido que o mínimo de 30% desses alimentos, eles vão direto para as famílias. Que até 2009, o que é que acontecia? Os 100% de compra da agricultura familiar ia para entidades e as entidades tinham as suas listas, atendiam as famílias de forma aleatória, muitas das vezes até comprometedoras, numa perspectiva do seu direito, porque parecia um favor. E as pessoas levavam uma sacola de verdura para casa.

E aí a gente falou: “Não, espera aí. Ribeirão das Neves - foi um dos primeiros municípios do Brasil a fazer isso - nós temos que discutir com o Ministério do Desenvolvimento Social como é que é isso”. Porque se a gente tem um equipamentos que acompanham as famílias, que garantem a elas um direito socioassistencial que passa também pelo direito à alimentação, a gente vai fazer o inverso. As entidades que precisam desses alimentos, que muitas precisam, creches, instituições de permanência para idosos, casas de acolhimento, elas vão ter esse alimento para produzir, para que ele seja garantia de alimentação. Mas as famílias que precisam desse alimento para suas casas, elas vão ter que ser acompanhadas pela assistente social, pela assistente social, pelo psicólogo, no caso do centro de referência especializados, que são situações de violência doméstica, de situações onde os vínculos estão mais fragilizados, tem ali também o advogado, mas também tem o psicólogo e o assistente social, outros educadores que vão tentar trabalhar esse pertencimento e essa noção de direito. Para que aquele alimento não vire só mais um alimento. E aí, realmente as crianças vão continuar acreditando que o alimento vem da caixinha. Porque quando chega, já está no prato, já está na mesa, a mãe já fez. Então, a gente quer discutir isso com todos e todas da cidade.

E aquela imagem da cesta verde, elas espelham isso para a gente, que a gente vai dialogar, não só com o agricultor que a gente tem de relação, mas a gente também dialoga com quem consome esses alimentos no dia a dia.

Essa outra imagem, a gente já está terminando pelo tempo, a gente também fez essa discussão, inclusive com a rede socioassistencial, do que é alimento, do que é direito, de que esse alimento, ele está chegando para, por exemplo, uma instituição como uma creche, mas essa creche, ela tem uma obrigação, não só política, mas também intelectual com aqueles sujeitos que ali são atendidos, as crianças. Porque não é porque é criança que não é sujeito de direito, a gente sempre tem que reafirmar isso, de qual a importância de comer alimentos verdes, alimentos vermelhos, alimentos amarelos,

alimentos brancos, alimentos laranjas.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. LEONARDO KOURY MARTINS: Oi?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. LEONARDO KOURY MARTINS: Esses alimentos, então, essa responsabilidade não é só da prefeitura, não é? Mas de quem também é atendido, por exemplo, no caso do Banco de Alimentos.

Entre as últimas imagens do campo para a cidade, que a gente agora, no dia 17, vai estar também realizando, mais uma atividade, entre os agricultores e agricultoras, mas também entre a comunidade, que trabalha e convive com essas políticas públicas. Está todo mundo aqui convidado, não é?

Uma última imagem, que foi inclusive a apresentação da Emater para a Câmara de Vereadores. Porque os vereadores, eles são muito importantes para compreender a importância, não só da manutenção desse processo legal, mas também de reafirmar no orçamento. Não é, Cida? Porque não adianta a gente ter uma grande participação da sociedade civil no Conselho de Direito e não ter orçamento nem para o Conselho de Direito poder executar as suas tarefas, seja fazer visita aos equipamentos públicos que executam a política de segurança alimentar e nutricional.

Ações integradas, não é, entre esses órgãos. Como eu falei, do meio ambiente com a saúde, que foram se visitar e conhecer e de dialogar junto, a própria segurança alimentar dentro da assistência social dialogando com a Secretaria de Educação. Porque se a gente tem o Pnae, que trabalha essa lógica junto com a cesta verde, do direito à alimentação, a gente tem o Pnae, que é da alimentação escolar que também trabalha. Então, a gente está trabalhando a educação na mesma perspectiva e gente não pode falar diferente, não é? A gente tem que falar junto, falar o que a gente compreende que é a segurança alimentar e nutricional enquanto direito.

Essa última imagem é uma imagem muito interessante, penúltima imagem, perdão, muito interessante, porque é um projeto que a gente está começando a partir de agora, de maio, que a gente chama esse programa para dialogar com a população sobre a importância das sementes, em especial aquela discussão antiga dos movimentos sociais, que é das sementes crioulas, não é?

Vocês imaginem só se todo milho for transgênico nos próximos anos. O milho transgênico, ele só tem uma safra. O milho híbrido só tem uma safra. Então, a gente vai depender da indústria farmacêutica, de uma organização genética para ter milho se a gente não tiver o milho que dá mais de uma safra, que é o milho verdadeiro, constituído pela terra, compreendido do seu saber popular de como é que é

cultivado. A gente tem, no Brasil, mais de 80 variados tipos de milho em produção. E a gente só vê o milho verde, que é aquele milho que a gente come na festa junina como se fosse o único milho que importasse para a nossa alimentação.

E como se também todas as qualidades nutricionais de um milho fosse igual aos outros 79, que não são, não é? A gente pode também ter variação comendo vários tipos de alface, que seja alface lisa, alface americana, alface roxa, não é? E aí dentro dessas discussões, de em rede com outros municípios.

E essa é a última imagem, que é uma imagem muito legal, que mostra que a gente acredita mesmo no que faz, não é? Essa é uma produção de abóbora de Ribeirão das Neves, se eu não me engano, ou de Jequitibá, mas entregue no Banco de Alimentos, servidores e servidoras, ali está a Chica, a minha gerente, a minha chefe, os outros dois servidores ali, o Lucas e o Rodrigo, que são carregadores do Banco de Alimentos, trabalham como serviços gerais, mas eles também têm que se apropriar dessa discussão de segurança alimentar e nutricional, que não é porque eu sou um servidor do ensino fundamental que eu não carrego a responsabilidade de estar cuidando de um direito de centenas de milhares de habitantes do município.

Então, essas formações, esses espaços, a gente sempre tenta construir com esses servidores, né, não para esses servidores, né? Porque são todos e todos importantes e são cidadãos, né? Têm esse direito, né? E ao lado da imagem desse recebimento do alimento, a gente tem um prato saudável que a gente tenta também produzir a nossa alimentação, o nosso almoço, muitas das vezes de forma coletiva, mas alimentos saudáveis, né? Compreendendo que é possível, né? Não é porque é festa da firma, como diz o pessoal, de final de ano, a festa do espaço de trabalho que a gente vai ter um monte de fritura e um monte de refrigerante, né? A gente pode garantir a produção da nossa cozinha, valorizando a nossa gastronomia e a nossa alimentação regional.

E lembrando que Ribeirão das Neves tem, entre a sua possibilidade alimentar, a maior produção de tilápia em um sistema prisional do Brasil, que é no presídio de Dutra Ladeira, onde cada despesca é mais de 1 tonelada de tilápia que é doada para o banco de alimentos e que posteriormente isso é revertido a essas instituições não governamentais e aos equipamentos públicos que trabalham com a garantia dessa alimentação, né?

Então, vocês imaginem que num lugar aonde historicamente é entendido como o lugar do sistema prisional, assim, da criminalidade, nas mãos daqueles mesmos atores que estão lá, infelizmente, em algum momento no sistema prisional, que surge tonelada de tilápia que alimenta a população do município, né? Então, é isso, as imagens falam bastante.

Para terminar, de verdade, é um pouco do monitoramento que a gente vem fazendo, né? Então, do eixo da conferência surgiram propostas, e das propostas surgiram a forma que a gente tem de garantir, de monitorar, né? Como, por exemplo, o Projeto Menu, que a gente executou no ano passado, que trabalhava a discussão da gastronomia e também, e aí a gastronomia não é só gastronomia dos hotéis, dos restaurantes, mas a gastronomia vivencial, das relações, de como a gente produz o nosso alimento, né?

A gastronomia popular, dos saberes da comunidade, uma população de Ribeirão das Neves, [ininteligível] tem sua própria gastronomia, né? Então tem que ser valorizada também, né? De bolivianos, de ciganos, de quilombolas, nossa cidade tem comunidade quilombola, tem população cigana, né? Das feiras livres, a comissão que instituiu as feiras livres para descriminalizar o feirante, né? Porque ser feirante, aí você tem o ISS, você tem um monte de imposto, de taxa, ninguém quer ser feirante numa cidade que não tem uma própria lei de feiras, né? Então, a gente garantiu isso através de resposta da conferência.

E outras respostas aqui que eu poderia estar falando, mas com certeza não vão ser respostas finalizadas, mas ainda muitas indagações e desafios para a nossa construção do nosso plano de quatro anos, que vai vir agora, de segurança alimentar e nutricional, né? Porque esse se encerra, mas outros, né, Renata? Devem vir para a gente poder terminar como o Paulo Freire nos ensina, né? A cabeça pensa a partir de onde os pés pisam, né? Então, convivam com a cidade que vocês trabalham, atuam, se responsabilizam, porque essa convivência que faz com que a gente tenha um outro olhar sobre a cidade e um outro olhar, inclusive, sobre a garantia de direito à vida, que é o direito à alimentação adequada. Muito obrigado, gente.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTÁ: Nós é que agradecemos, Leonardo, pela brilhante exposição.

Eu queria passar a palavra então para a Cida, que é a Maria Aparecida Rodrigues Miranda, secretária executiva do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Minas Gerais, que vai nos falar um pouquinho sobre a questão do controle social nesse plano, nessa Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional. Fica à vontade, Cida.

SR. LEONARDO KOURY MARTINS: Só por uma situação de viagem, eu tenho uma palestra amanhã cedo no Vale do Aço. Então, eu vou ter que me ausentar, e se possível, para a gente poder

construir essa Mesa cada vez mais feminina e feminista, chamar a minha gerente, que é a pessoa que de fato responde pelas atribuições que aqui eu falei, que é a Chica, né? A Francisca de Paula, para poder vir aqui na Mesa, por favor.

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Venha, Chica. Fique à vontade. Eu até tinha combinado com o Leonardo de tentar fazer que as perguntas fossem após a fala dele. Como a gente acabou fazendo isso com o secretário, e como o tempo já está bem adiantado, eu fiquei com dó da Cida e falei: Não, então a Cida vem, porque senão a gente ia ampliar mais, a Cida ia ficar com um tempo pequenininho.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Vai [ininteligível] o controle social. Fica à vontade, Cida.

SRA. MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Boa tarde para todos e todas. Eu vou, inclusive, reformular um pouco do que eu havia pensado nessa palestra, porque as duas exposições foram muito ricas, né? E eu vou então tentar resumir um pouco para dar tempo de dialogar um pouco com vocês, porque devido ao avançado da hora, né?

Em primeiro lugar, eu gostaria de cumprimentar a Mesa, todos, inclusive, que já saíram, mas que já estiveram aqui conosco hoje, em nome do Amauri. E também aproveitar e agradecer a oportunidade de estar aqui no Ministério Público, quer dizer, na verdade, ampliando essa parceria que desde o ano passado a gente começou uma aproximação, né? E agradecer em nome dele também todos os componentes do Ministério Público de outras áreas, também que estão aqui conosco e cumprimentar o Plenário também, né?

Dizer que é uma alegria muito grande estar aqui, para conversar sobre esse tema que é tão importante. E eu cumprimento o Plenário, em nome das equipes do Consea, Caisans, que estão aqui conosco das conselheiras do Consea que estão presentes aqui conosco. Eu sei de, eu vi pelo menos quatro, da Saúde, da Educação e da Seplag, porque a Renata também é uma das conselheiras. E dizer então que... cadê o [ininteligível].

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SRA. MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Tá. Aham. Ok. Dizer então que o que me coube dizer sobre o controle social, não podemos dizer de controle social sem dizer da participação social, da participação, do processo pedagógico de participação da sociedade, mas também dessa

novidade que é a participação reunindo a sociedade e o Estado. Acho que eu vou tentar trabalhar um pouco nesse aspecto, resumindo bastante a minha fala, porque isso é uma novidade na elaboração das políticas públicas. E é com essa novidade é que a segurança alimentar nasce já com esse DNA desde a sua formação.

E por isso eu trouxe aqui essa primeira imagem, que é a da 6ª Conferência de Segurança Alimentar de Minas Gerais, ocorrida em agosto de 2015, com esse tema Comida de Verdade no Campo e na Cidade - Por Direitos e Soberania Alimentar. Aqui nós temos duas imagens, uma da plenária da conferência, e a outra é da abertura da conferência com a presença, aberta pelo governador do estado, com a presença do ministro Patrus Ananias, da presidenta nacional do Consea à época, Maria Emília Pacheco, e tantos conselheiros e tantas outras pessoas, que foi um momento que... e conferência é um dos modos de participação social, muito importante e especialmente com a segurança alimentar.

Então, por isso que eu trouxe, abri essa fala com essa imagem. Para justamente dizer dessa interlocução, na participação social, na construção participativa das políticas públicas. A interação da sociedade com o Estado, em todos os seus níveis, né? O Estado do ponto de vista total, né? O Estado, União, estados, municípios, enfim, as ações estatais de promoção das políticas públicas.

Bom, mas antes disso, eu queria retomar aqui uma discussão aqui do começo, que o Amauri começou, dizendo do direito individual e coletivo, o Dr. Helvécio também trabalhou um pouco isso, eu queria apenas reafirmar, que o direito à alimentação é um direito humano, portanto, ele é inegociável, ele é exigível, e ele é para todos, sejam ricos e pobres, pretos e brancos, de todas as matrizes religiosas, né? Ele é o direito diferenciado nas diferentes fases da vida, né? E é um direito... e a negação desse direito não é problema individual do cidadão, é um problema coletivo. E isso quem nos dizia, isso quem nos ensinou foi Josué de Castro, lá em 1942, quando ele lançou o primeiro, o livro que é uma das maiores obras do mundo, Geografia da Fome. Em que ele dizia que a fome não é um problema individual, da pessoa, a fome é o resultado das estruturas sociais injustas.

Então já naquele momento, ele já fazia o caminho, já começava o caminho para isso que nós chamamos hoje de política de segurança alimentar e nutricional, direito humano à alimentação adequada para todos. Então, quer dizer, ele é o nosso grande mestre porque naquele momento no Brasil nós vivíamos numa realidade brasileira em que quem produzia alimento simplesmente não existia, morriam aos 35 anos de idade, dentro de um engenho de cana que produzia riqueza para exportação.

Era um modelo agrícola monocultor, escravocrata e os seres humanos não contavam e ele olhou para aquela realidade e disse: “Olha, não é possível, não é natural que o ser humano viva apenas 35

anos de idade e que oito a cada dez crianças morram antes de completar um ano de vida”. Ele então começou a desenvolver esse diagnóstico e começou a debater, no Brasil e no mundo, de que a fome não é um produto individual, mas é um produto social. E então, ele lança as primeiras bases para que hoje, muito tempo, depois o Brasil passe a construir, a reconhecer esse direito, que ele é universal, e ele é inegociável, ele é exigível para todas as pessoas.

Então, nós estamos falando de um direito fundamental e de um direito coletivo. Enquanto houver um ser humano que passa fome, é responsabilidade da sociedade garantir que esse ser humano se alimente. Então, é esse ponto de partida que nós queremos deixar aqui bem registrado hoje para que ao atuar junto aos municípios, convidando os municípios para aderir ao Sisan, é muito menos uma adesão formal, e muito mais um compromisso com a promoção deste direito, que é fundamental, que é exigível e que é de responsabilidade do Estado. É também da sociedade, mas onde a sociedade sozinha não der conta, onde o indivíduo sozinho não der conta, o Estado tem que comparecer para garantir esse direito, né?

Então, dizendo isso, eu vou dar uma adiantada grande aqui na minha apresentação, porque eu gostaria de ter falado um pouco sobre esse processo de participação no Brasil, mas o tempo não permite. Então, eu vou partir também do que já foi dito hoje, que a participação na perspectiva da segurança alimentar é uma participação cidadã. E ela também não nasceu agora, é fruto da história toda de resistência das populações, dos movimentos sociais, dos gestores e dos técnicos que ao longo da história do Brasil fizeram a sua parte para que essas políticas fossem reconhecidas.

E vou lembrar de duas políticas, alimentar escolar, ela nasce em 1940 e poucos, 46, 47, ainda como uma campanha, mas ali já era o início de uma política pública e precisava ser uma política de Estado, né? E o outro, o outro exemplo que eu trago é o SUS, que também já foi muito bem tratado aqui hoje, que também, pela mesma forma, é produto dessas lutas sociais.

Então, quando a Constituição de 88 reconhece esses processos de participação e cria várias prerrogativas para garantir que essa participação faça parte da nova elaboração de política pública... Só um minutinho que eu preciso encontrar aqui uma imagem que eu vou trabalhar com ela. Vocês me desculpem, mas como eu tinha pensado um processo aqui.

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Você está voltando.

SRA. MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Eu estou voltando.

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Deixa eu te ajudar. Deixa eu ver se eu consigo

ver aqui.

SRA. MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: É. Então, quando a Constituição de 88, ela olha para essa realidade, olha... [Por favor, essa imagem de uma interseção. Isso].

Quando ela olha para essa realidade, reconhece que esses processos participativos já ocorriam, então, ela cria simplesmente mecanismos para reconhecer esse processo e agrega outros. Agrega, por exemplo, discussões das teorias democráticas nas academias e diz: a partir de agora a participação vai ser instituída, né? Então, ela cria uma figura, uma figura nova, que hoje nós chamamos de instituições participativas, que é uma figura em que o Estado sozinho não é capaz, e que o governo, a sociedade civil sozinha não é capaz e que o espaço de participação pode ser um caminho de aperfeiçoamento dessas políticas. Então, eu gosto muito daquela imagem porque ela nos mostra exatamente isso.

Esse processo da sociedade civil, que critica, que se organiza, que se exige, que vai ter seus direitos, vários desses direitos reconhecidos em 88, infelizmente, o direito à alimentação ainda não foi nesse momento que ele foi reconhecido, né? Mas já há um grande avanço, o direito ao SUS, o próprio processo do Suas, que já estava bastante adiantado, né? O direito à educação vai ser assumido naquele momento, mas reconhece-se o direito de participar da produção das políticas públicas. A sociedade civil, o governo e o espaço de integração, de interação desses dois segmentos da sociedade, né?

Então, o conselho passa a ser, o conselho passa a ser exigido e muitas políticas públicas, inclusive, do ponto de vista da deliberação, se eu não me engano, o Conselho de Saúde, a Conselho de Educação, o CAE, que eu estou me lembrando desses três, são conselhos deliberativos, são conselhos que analisam o próprio orçamento que o governo vai investir no setor. Outros tantos são conselhos consultivos, conselhos orientativos, né? E no nosso caso, o Conselho de Segurança Alimentar, então, ele vai beber nessas fontes todas e vai criar algumas particularidades. Olhando então, como foi dito aqui hoje pelo secretário Helvécio e também pelo Leo, que o problema do direito à alimentação não tem como resolver o direito à alimentação setorialmente, nem só Educação, nem só Saúde, nem só Agricultura, isoladamente, esses setores não conseguem resolver o problema de promover a alimentação.

O Estado não consegue por meio de apenas um braço para resolver. Então, o que a segurança alimentar vai fazer? Vai dizer: bom, então já olhando para essas experiências, nós vamos construir um modelo em que criaremos uma ideia de política pública intersetorial, necessariamente. Então, por isso a ideia da Caisan, por isso a ideia, o conselho como o espaço de interseção entre a sociedade civil e o governo e a Caisan como espaço de articulação governamental.

Dizendo isso: não é possível o Estado sozinho, por mais forte que seja a Secretaria de Educação, ela vai ter seus limites para promover o direito à alimentação. Por mais forte que seja a Secretaria de Saúde, ela vai ter seus limites, porque ela vai precisar da produção, ela vai precisar de tantos outros setores. Então a segurança alimentar então nasce com essa concepção de que é necessário essa intersetorialidade. Então, ela nasce, o DNA da segurança alimentar já nasce dessa forma, né?

E como que é possível fazer isso funcionar, né? É preciso ter esse reconhecimento dessa instituição de participação. E o conselho é uma das expressões, a conferência é outra expressão. E a conferência é interessante porque ela dialoga com a democracia participativa e representativa, né? Ela promove a participação direta da população diretamente, porque vai gerar as diretrizes, as orientações para o conselho trabalhar. E o conselho então vai interagir com a Caisan, vai interagir com as políticas de governo, para que essas políticas cheguem diretamente ao cidadão. [Eu vou precisar de um pouquinho de água].

Então, esse papel das instituições participativas, então já disse, elas se fundamentam na interlocução entre Estado e sociedade, se ancoram no debate e na manifestação dos conflitos, porque existem conflitos, eles estão aí na sociedade. Então, esses conflitos vão para dentro dos conselhos, vão para dentro das conferências, mas é o espaço dessas manifestações serem debatidas e serem até mudadas de posição, né? Então, e destinam então a formulação e gestão de políticas públicas.

É um jogo interessante entre a democracia participativa e representativa porque a democracia representativa, por meio das eleições, não dá conta da gestão cotidiana das políticas públicas. Governos trocam de dois em dois anos ou de quatro em quatro anos, né? Até que o governo se assente, contrate pessoal, capacite pessoal, faça as nomeações, isso demora. Então, a democracia participativa, ela vai colaborar para que o Estado não fique paralisado e a sociedade tenha condições de cobrar o funcionamento dela. Então, ela não substitui a representativa, mas ela reconfigura essa luta da democratização.

São instituições regulamentadas e não são experiências episódicas. [O que eu fiz aqui?].

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Tem um fantasma aí. Tem um fantasma.

SRA. MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Tá. É. Então, essas instituições participativas, elas, a partir da Constituição de 88, elas são continuadas, né? Elas não são episódicas e eventuais, e é preciso que seja assim. E aí, gente, tem uma coisa que eu tenho aprendido muito que é: participação é a política pública? Participação é produto? A Renata, a gente conversa muito lá na Seplag, participação é

produto, né? No palavreado da gestão pública, né? Nessa perspectiva, nós achamos que não é um produto, mas é um meio necessário para que as políticas públicas sejam aprimoradas. Então, participação precisa ser subsidiada pelo Estado, né?

Não é pagar pró-labore para conselheiro, não é isso que nós estamos falando, é dar condições para esses conselheiros serem capacitados, viajarem, se deslocarem, exercer a sua função de fiscalização junto aos programas públicos, né? Isso precisa ser financiado pelo Estado, sim. E nós vamos estar financiando a sociedade civil nesses casos, nós vamos estar financiando a ação de participação, que é superimportante.

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Cida, você falou uma coisa séria aí, todo trabalhador tem direito ao salário mínimo, né? Realmente, a gente sabe a dificuldade que é das pessoas que deixam seu trabalho para se ocupar de uma função que é serviço público relevante não remunerado, mas eu acho que alguma coisa precisa ser feita para valorizar essa atuação, porque infelizmente é um contrassenso, né? Você estar prestando um serviço relevante para o Estado, eu não sei se é o pró-labore, se é um salário mínimo, mas pelo menos eu acho que tem que se pensar nisso.

SRA. MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: É, aqui em Minas a gente tem uma experiência que eu queria compartilhar que foi o seguinte. Dentro do PPAG, o Consea sempre batalhou por uma ação orçamentária que desse condições do conselho funcionar. Então, hoje nós temos dentro do orçamento, dentro da peça orçamentária um programa que chama Segurança Alimentar e Nutricional e ele financia duas coisas. Isso é importante ser falado, financia as ações do conselho, de acompanhamento, financia as ações da Caisan na articulação, né?

Então, isso quando a gente pensa os municípios é um pouco mais complicado, porque se virar para o prefeito e falar que ele tem que ter uma ação orçamentária própria para a segurança alimentar, ele vai achar demais, né? Ele vai já dizer: não, não, então não me interessa, eu não estou buscando mais gastos, né? Mas o que nós estamos dizendo é que existem estruturas de conselhos de políticas públicas nos municípios, como as Casas de Conselhos, que a gente viu aqui o caso de Ribeirão das Neves, né? Existem redes de conselhos em todos os municípios, é preciso que criemos arranjos, em que o Conselho de Segurança Alimentar faça parte desse arranjo para que essa participação seja efetivada, né?

Existe uma prerrogativa de que conselheiro, os conselheiros de política pública não recebem, considerado uma ação de alta relevância pública, mas os conselheiros não... é não remunerado, isso está previsto em todas as legislações, né? Inclusive, da segurança alimentar. Então, é não remunerado, mas se nós reconhecemos a importância do controle social e da participação, e o Estado, no sentido amplo, ele

proporciona as condições para esse conselheiro se deslocar, se alimentar, fazer uma visita, né? O conselho produzir seus materiais, suas atividades, seus pareceres, nós já estaremos financiando essa atividade de participação.

Então, eu quero dizer que isso é muito relevante porque não pode ter uma ação interrompida porque um governo não gosta da linha do conselho. E aliás, conselho existe é para problematizar mesmo, e no conselho está ali a representação dos dois setores. E no caso da segurança alimentar tem uma outra particularidade, o conselho é de maneira de sociedade civil, é dois terços e um terço, e o conselho deve ser sempre presidido pela sociedade civil.

E eu vou dizer para vocês, isso é tão importante para a história da segurança alimentar que agora, nos últimos tempos, com o governo ilegítimo, o Consea Nacional correu o risco de ser fechado, como também foi fechado em 1994, quando o Fernando Henrique assumiu, foi fechado naquela época, ficou dez anos fechado, foi reaberto só em 2003, quando o governo federal assumiu a responsabilidade que é sua de promover a política de segurança alimentar.

Então, foi fechado em 1994, mas a luta da sociedade civil não parou, não parou. Tanto não parou, que em 2003 tinha condições para recomeçar, ou seja, para começar por dentro do Estado Brasileiro a construção da política de segurança alimentar. E agora, recentemente, o Consea Nacional não foi fechado porque existe uma sociedade civil organizada no Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar, muito forte, do Brasil inteiro, que não deixou isso acontecer.

Então, quer dizer, por ser uma política intersetorial, uma das mais jovens do Brasil, dizer respeito a um direito fundamental, inegociável e exigível, mas por ser muito complexa a gestão dessa política, porque ela não está encaixotada em lugar nenhum, são muitos desafios que precisam ser desenvolvidos, mas já mostramos que é possível. Existem já dois planos nacionais, o segundo, recente, de 2016. Um esforço enorme, são 19 ministérios que se articulam em nível nacional. Aqui em Minas, são 13 secretarias que se articulam, né? Tanto na Caisan quanto no Consea, e agora toda essa demanda, essa necessidade de fazer, capilarizar isso nos municípios.

Então, eu queria para finalizar, eu queria mostrar uma imagem que está ali no computador.

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Está aqui não.

SRA. MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: [Não, está ali, num arquivo à parte].

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Tem um fantasma ali [ininteligível].

SRA. MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: [É esse aí].

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Pode falar que ele--

SRA. MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Eu queria terminar essa minha reflexão aqui sobre controle social, a partir desse fluxograma, que é um... isso aqui foi uma coisa que nós fizemos aqui, nessa tentativa de até mesmo nós que estamos na trajetória de segurança alimentar entender o que é esse sistema. Então, o sistema não é apenas um meio de organização de uma política de promoção do direito humano à alimentação adequada que já ocorre. Então, ali naquele segundo círculo, o que a gente tem ali? São os órgãos que executam as políticas, ali apenas exemplarmente cada município vai ter o seu, cada estado vai ter o seu, mas dizer que esses órgãos são um dos braços fundamentais do Sisan e a gente demorou a entender isso, viu, Amauri?

Nós entendemos isso agora nessa nova lei aqui em Minas, nessa nova lei no ano passado. Que no nível nacional isso já estava dito, mas a gente não conseguia enxergar isso claramente. Então, essa lei vai dizer isso, olha: reconhece, no nível do estado, no nível dos municípios, a Secretaria de Saúde, de Educação, de Turismo, Desenvolvimento Econômico, como um dos braços da execução do sistema. Então, como que é o financiamento das ações de segurança alimentar? Por meio desses setores, né? Então, a gente começa a listar, sem ordem nenhuma das caixas, quais são os programas possíveis que já estão ocorrendo nos municípios, né? Na verdade, eles já estão ocorrendo nos municípios, falta a gente nominar.

Olha, gente, cooperativismo, associativismo, alimentação escolar, BPC, Bolsa Família, feira livre, horta comunitária, horta na escola, tudo isso faz parte desse cardápio, se eu posso usar uma metáfora alimentar, desse cardápio das políticas públicas de segurança alimentar. Então, nós partimos do pressuposto de que existe já uma política estadual, existe já uma política municipal. Nós precisamos juntar, fazer as sinergias acontecerem. E existe, sim, um conjunto de serviços públicos e técnicos e gestores, inclusive concursados, nessa grande rede de serviços públicos que estão desejando que a gente consiga traduzir de forma bem clara esse esquema.

E aí nós não podemos deixar os dois braços, o braço do controle social, da articulação, do Consea, da parceria com a sociedade, civil, o braço da articulação governamental, que precisa ter Caisan, precisa ter orçamento. Não é orçamento grande para a Consea funcionar, não, é orçamento para fazer as ações funcionarem, né? Mas precisa reconhecer que o Consea precisa trabalhar, que a Caisan precisa trabalhar. Então, é orçamento pequeno, possível, mas necessário, né? E precisa ter o plano.

O plano municipal, nada mais é que o quê? Aquilo tudo que o Helvécio falou aqui, transformado num plano com metas, com forma de monitoramento, forma de avaliação. Nós estamos aqui, nós

queremos chegar ali, precisamos trabalhar nos diagnósticos, onde é que está de fato aquela população, aqueles 8%, 9% de gente que ainda morre de fome? Nós precisamos botar essa lupa mesmo, né? Em tal bairro, em tal região de Belo Horizonte, de Ribeirão das Neves, é na comunidade tal, né? Porque nós precisamos encontrar esses rostos, esses CPFs, esses rostos, essas histórias e botar o Estado para cumprir a sua função. Então...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA [03:02:50]: Eu já encontrei.

SRA. MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Oi?

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Minha lupa está aqui, eu já encontrei.

SRA. MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Já encontrou, né? Bom, então, o Consea de Minas, tem... eu fiz a opção de não fazer a trajetória por causa do tempo. O Consea de Minas tem 20 anos de história, 19 anos de história, foi criado em 99, produto do Fórum Mineiro de Segurança Alimentar, que a Andrea está aqui, Andrea, Renata, tantos outros que estão aqui fizeram parte disso, né? Gente, vocês não vão acreditar, a primeira conferência nacional que discutiu segurança alimentar foi a Conferência de Alimentação e Nutrição da Saúde em 1986, ali que começou a aparecer o conceito que hoje nós estamos aqui falando dele.

Depois, a segurança alimentar ganhou vida própria e fez outras cinco conferências nacionais. Aqui em Minas nós fizemos seis, né? E isso foi sendo encorpado, né? Isso foi sendo desenhado em termos dessa Política Nacional de Segurança Alimentar. E aqui em Minas tem uma trajetória bastante interessante, serviu de escola para outras regiões, que são as Comissões Regionais de Segurança Alimentar, que foi um movimento interessante de pensar como nesse estado enorme, como disse o Helvécio, nós podemos ter braços do Consea, no nível das regiões, fazendo esse trabalho de mobilização permanente, de conversa com os municípios, de apoiar criação dos conselhos municipais, né?

Então, temos desde 2006, com a nossa Losan, a primeira, a criação das comissões regionais. E nesse momento, a gente está, com a jovem lei do ano passado, repensando como que isso pode se articular com todo esse replanejamento do Estado por meio dos territórios, como que a gente cola essa experiência de participação por comissões regionais com esse lugar de ouvir para governar em torno dos fóruns regionais.

Então, o convite que a gente deixa aqui, e eu quero terminar também justificando a ausência do nosso presidente, o *Élido Bonomo*, ele não pôde estar aqui hoje, ele gostaria muito, eu até consultei Renata se seria possível a gente adiar a data, porque na semana que vem ele poderia, mas ele me pediu

para vir aqui e justificar a ausência dele. Ele é um nutricionista cuja trajetória pessoal e profissional de vida inteira, possivelmente, tem muita gente aqui, muitos profissionais que já passaram como alunos, como orientando, do Lelinho.

E dizer que ele cumprimenta essa iniciativa e já, inclusive, solicitou uma reunião com o nosso Procurador-Geral para o dia 11, que eu também convido o Amauri e os outros demais aí do Ministério Público, para a gente começar essa... quer dizer, começar, não, aprofundar essa parceria. E, por fim, a gente vai fazer um convite formal ao Ministério Público para fazer parte, como convidado permanente do Consea, como convidado permanente em todas as suas atividades, isso é muito importante.

[aplausos]

SRA. MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Obrigada.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Pois é, Cida, muito obrigado por sua apresentação também, que muito, muito acrescenta aqui no evento. A gente fica triste porque hoje foi um evento diferenciado, nós tivemos secretários, eu vou passar a palavra então ao Dr. Afonso. Na sequência, eu passo a palavra para a Renata, para a Chica, para as suas considerações em relação ao próprio evento. Acho que cinco minutos aí, se for o caso, se tiver uma ou outra pergunta a gente também franqueia para o público para que a gente consiga, vai passar um pouquinho da hora, que seria 18 horas para encerrar, mas a gente passa um pouquinho, acho que não tem problema. Afonso, fica à vontade aí.

SR. AFONSO HENRIQUE DE MIRANDA TEIXEIRA: Já praticamente aí boa noite a todos. Amauri, parabenizar o trabalho que você vem fazendo durante todo esse tempo no MP, aliás, registrar e parabenizar por esse evento, é uma pena que aqui tenha tão poucos membros do Ministério Público, uma instituição que deveria estar atenta a essa questão, estar trabalhando para que possa cumprir o seu papel constitucional, o Ministério Público está muito pouco preocupado com esse tema. Nós temos que trazer o Ministério Público para essa luta e é isso o que a gente procura fazer no nosso trabalho, o porquê que nós estamos aqui e vamos ser extremamente rápidos.

Nós estávamos trabalhando um Plano Geral de Atuação no Ministério Público, quando eu e o Dr. Amauri, a gente conversava com o Dr. Tofani, que está aqui, que é o que coordena isso. Esse trabalho que a gente faz na Promotoria de Justiça Agrária, no sentido da posse cidadã, do resgate da posse, da legitimação de terras, no sentido de darmos ao cidadão do campo a terra para que ele possa trabalhar e

possa dali tirar o seu sustento e viver. Estávamos discutindo então, quando veio do Amauri esse convite para que a gente pudesse participar aqui desse momento que é extremamente relevante para uma instituição.

Extremamente... o que vocês fazem para dentro do Ministério Público é substancial, porque essas pessoas, elas sequer têm o conhecimento de que 70% do que entra na mesa de qualquer brasileiro vem da agricultura familiar, né? E os problemas que a gente tem que superar para que essa agricultura familiar possa evidentemente cumprir esse papel dentro da segurança alimentar e nutricional. Uma agricultura familiar, ela não tem... ela não exige agrotóxico, ela não exige extensões de terra, e não exige isso aqui ó, a destruição que estão fazendo com a água no Brasil.

Para se produzir 1 quilo de soja se gasta 1.500 litros de água. Para cada navio de soja que sai do Brasil, correspondem a 1.500 navios de água. Nós já temos regiões no estado de Minas Gerais, como a região noroeste, em que rios caudalosos estão secando, ou seja, essa dimensão de monocultura e essa dimensão também de latifúndios de concentração fundiária, ela tem um comprometimento efetivo na segurança alimentar e no comprometimento efetivo na questão socioambiental, né?

Será que as pessoas que detém o poder, ou que de alguma forma trabalham como agente político no Brasil, será que eles vão começar a se conscientizar disso quando efetivamente perceberem que não têm mais alimentos em qualidade e quantidade suficientes? Será que se faltar o alimento talvez essa consciência virá?

Bem, muitas questões estão para ser superadas, agora, o momento atual é que nos dá, nos leva a uma preocupação muito intensa. É o momento em que o liberalismo econômico, ele está tomando conta não só do Brasil, mas do mundo. Aqui o liberalismo econômico, ele é mais voraz, porque nem os próprios capitalistas se percebem que eles estão se autodestruindo, que estão fazendo o jogo daqueles que sempre impuseram a nossa situação geopolítica como uma colônia. Então, Amauri, essa luta, que bom ver um colega como você nessa luta por alimentos, luta por dignidade, dentro do Ministério Público, porque o Ministério Público está muito aquém daquilo que vocês possam imaginar nessa área.

Nós vamos continuar trabalhando, enfrentando interna e externamente as resistências para que a gente possa ter aquilo que venha a ser o básico para a alimentação. O alimento vem da terra, seja nas variadas formas de produção de alimento, ele vem da terra. Então, a primeira coisa que a gente tem que garantir é a acesso à terra. Garantir a permanência na terra, esse é o nosso trabalho setorialmente dentro do MP. Trabalhamos pela posse cidadã, trabalhamos para que o cidadão brasileiro, ele possa ter aquela condição de produzir para ele e para outros.

Aqui, ó, em Belo Horizonte, se nós tivéssemos agrovilas, nós teríamos feiras, teríamos mais feiras porque o feirante não tem condições de concorrer dentro do Ceasa para comprar alimentos e trazer para a feira. Agora, se ele fosse direto na agrovila, ou se o cara direto da agrovila viesse aqui com o carrinho dele lá, um carrinho de mão, vender nas praças, nós teríamos mais feira. Então, a reforma agrária, que não é só repartição da terra, mas a forma de como você vai produzir o alimento, como vai se relacionar com ela é que a gente trabalha e luta bastante por isso.

Eu quero não estender essa fala, não estou aqui para estender e só fazer, não um reparo, não, é só uma observação. O nosso companheiro que falou um pouco antes aqui, disse que os mais miseráveis do Brasil são os agricultores familiares, não. Não é isso, é porque nós temos miseráveis no campo também, e esse miserável do campo, ele não tem acesso a absolutamente nada.

Agora, não vamos chamar aquilo de agricultura familiar, quando ele não tem mínima a condição, a menor condição, nem de acesso a uma semente, de acesso à água. Aquele cara é um miserável do campo que tem um pedacinho de chão, entre aspas, que ele vive, não quer dizer que ele seja dono e nem mesmo tenha uma posse jurídica dela.

O agricultor familiar jamais passará fome, jamais. A agricultura familiar no sentido com que a gente preconiza, né? Um trabalhador do campo, com condições mínimas para produzir, né? Por isso que o acesso à posse e à terra é fundamental, porque ele acessa até linha de crédito para alguma coisa, obtém aquilo que possa o mínimo para que ele possa produzir para a família e o excedente, até num escambo, e o excedente nas vendas das feiras livres. Pobre e miserável do campo não é agricultor familiar e a agricultura familiar que a gente defende.

Parabéns, Amauri, obrigado por estar aqui, é uma oportunidade ímpar de estar vendo dentro do Ministério Público uma discussão tão importante para todos, como a sociedade, para mim, para todos que estão aqui, para os meus filhos e para as futuras gerações, parabéns.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTÁ: Passo a palavra para a Renata.

SRA. RENATA: Boa tarde a todos e a todas. Em primeiro lugar, obrigada por chamar a Caisan para esse espaço, né? Eu queria só reforçar duas coisas. Primeiro, que a estrutura para os municípios, que vamos ver, os promotores, que a estrutura Caisans e Consea é uma estrutura, é um colegiado. Então, não é um espaço que precisa criar uma sala, ter funcionários, mas é um espaço de governança. Então, onde as pessoas dialogam, então os secretários que já existem, eles sentam para dialogar e deliberar.

Então, a Caisan é isso, é um espaço, porque as estruturas executoras já existem, a Secretaria de Educação, a Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Saúde. E o conselho também é um espaço de governança. A ideia que a gente quer trazer é que esses dois espaços, eles sejam institucionalizados, para poder, sim, começar a propor a política pública de segurança alimentar. Então, acho que isso tem que ficar bem claro.

A segunda coisa que eu queria só pontuar é a questão que a segurança alimentar, ela é uma escolha política, e enquanto uma escolha política, aí eu vou só... para exemplo de um minuto, da experiência da França, e aí vou deixar duas questões para todo mundo refletir. Primeiro, quando eu estive na França lá fazendo um doutorado, fiquei lá seis anos, eu via que a nossa laranja, abacaxi, manga, o suco de laranja chegava lá sem conservante, sem aromatizante, sem aroma artificial de... e eu ficava pensando.

Bom, um país que não é tropical e que não produz essas frutas, como que chega aqui o suco na caixinha 100%, 95% fruta e 5% água? Uma questão, né? Aí a segunda questão era: o refrigerante era supercaro. A Coca-Cola, todos os refrigerantes supercaros. O suco era mais... era 20% do valor do refrigerante. Então, uma escolha política. Então, o que a gente está importando, o que a gente oferecendo.

A terceira coisa, os transgênicos, não entra na França, por quê? Porque tem um artigo da lei, depois eu posso até mandar, um artigo da lei que coloca o seguinte: aqui não entra transgênico pelo princípio da precaução, não sabemos o que causa na saúde humana. Aí eu pensei: uai, então nós, brasileiros, somos uma espécie humana diferenciada ou a gente é cobaia? Segunda pergunta. Então, eu acho que trazer essas questões, isso fere a questão do consumidor, do interesse dele em discutir a segurança alimentar do ponto final dela, que é quando o alimento chega na mesa. O que tem sido ofertado, né? Qual é o alcance dessa comida?

E a terceira coisa, aí volta a pergunta: por que nos países as pessoas estão comendo comida de verdade, enquanto nosso país está comendo comida industrializada e gerando uma população enorme no CadÚnico, no Bolsa Família, né? Pesando nas políticas sociais? E aí eu acho, como eu conheço o Leo, quando ele quis colocar aquela questão dos agricultores que são os mais pobres, não é os atuais agricultores, é aqueles que foram, que está no campo e que perderam tudo. Eu acho que não conseguiu, aí o senhor esclareceu foi bem bom, porque qualificou a questão dele, né?

Então, assim, e, por último, eu queria dizer que a Caisan de Minas está à disposição, assim, para poder orientar os municípios, juntamente com a Secretaria Executiva do Conselho de Segurança

Alimentar. Nós temos um site na Secretaria de Planejamento, né? E junto com o Ministério Público esperamos avançar, assim como o Paraná avançou.

E, por último, dizer que Minas Gerais vai acolher no mês do maio, no sentido, os movimentos sociais de agroecologia, que estão organizando esse movimento, e tem um pequeno apoio do estado para essa discussão na agroecologia, vai ter o 4º Encontro Nacional de Agroecologia em Belo Horizonte no final do mês, com 2 mil participantes, e está pipocando em todos os espaços. Quer dizer, nós estamos, nós, brasileiros, e aí, a Cida pode falar melhor, os movimentos sociais estão pautando o Estado com a discussão da comida de verdade no campo e da cidade, que foi o tema da conferência.

Esperamos que os municípios tenham uma atenção, porque a política não é social somente, ela é econômica. E aí a Chica não trouxe, pensei que o Leo ia trazer os dados do movimento financeiro que o banco de alimentos provocou em Ribeirão das Neves, né? Talvez [ininteligível] coloque. Do movimento financeiro que quando a gente atenta ao invés de você jogar dinheiro para fora comprando produto industrializado, que vem de fora, e comprando dentro da cidade, você diminui a quantidade de pessoas nas políticas sociais, você gera emprego e você gera receita para o município, porque aqueles produtos, eles viram ICMS, eles são taxados. Então, todo mundo ganha, tanto o produtor, tanto o Estado e tanto a sociedade. Obrigada.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTÁ: Muito obrigado, Renata. Chica.

SRA. FRANCISCA DE PAULA: Bom, gente, desculpa. Bom dia a todos e todas. Boa tarde, né? Eu estou lá de manhã ainda, né?

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTÁ: Boa noite.

SRA. FRANCISCA DE PAULA: Eu acho que um encontro desse não pode ser só na parte da tarde, eu queria sugerir que quando a Cida fala que nós temos que ter recurso, né, Cida? Eu sou superfeliz e grata de dizer que eu também fui conselheira estadual deste conselho. E feliz mais ainda quando eu vejo a Andrea aqui, linda e maravilhosa, como sempre, nunca muda, nossa moicana desse encontro aqui. Nós estamos sempre acho que fazendo coisas diferentes, mas no mesmo caminho. E dizer para o senhor, Dr. Amauri, que eu acho que nessas cadeiras, eu acho que não deveríamos estar esse público, não, também, mas quem deveria estar aqui é a Associação Mineira de Prefeitos, por quê?

Eu tenho lá no meu orçamento R\$ 198 mil, né? Mas cadê o dinheiro, cadê o empenho? E aí como que a gente trabalha? Quando a Renata fala que nós temos que trazer os nossos dados, nós gastamos,

eu tenho duas servidoras ali, companheiras de trabalho, Joana e a Gleice(F), né? Está aí ainda, está ali comigo. Nós tínhamos, até daqui a pouco nossa reunião está começando lá. Sou do Conselho Gestor do Plano Diretor lá em Ribeirão das Neves, às 18 horas, começando a minha reunião e nós estamos aqui, né?

E aí, com isso, como que a gente trabalha, Cida, como que tem dinheiro? Lá nós gastamos 500 e poucos mil, né, Gleice(F)? Quinhentos e pouco? Da parceria que nós fizemos com o PA lá em Brasília. Como que nós fizemos isso? Quando nós chegamos em Ribeirão das Neves, nós não tínhamos prestação de conta, tomamos posse com o prefeito no dia 2, a prestação de contas emperrada desde 2009. Eu vou falar bem rapidinho, correndo, eu espero que vocês entendam o que eu estou falando. A prestação de contas emperrada, de 2009, conseguimos fazer a prestação de contas do físico, mas não do financeiro, só do físico, até agosto, para um recurso de 1,105 milhão. De 1,105 milhão conseguimos fazer a parceira de 753 mil.

Ribeirão das Neves, como todos sabem, é o cinturão verde, só tem folhose(F) com mais ou menos, aquilo que o Leo mostrou, mais ou menos, 4.500 pessoas passando fome. Acredite, Dr. Amauri, fome de verdade. Como que a gente descobriu isso? Com o Centro de Convivência nos Cras. E através do Consea, que é o indicador social. Através disso, como que nós vamos fazer? Não tem cesta básica, não pode comprar, não pode licitar, está tudo sem prestação de conta.

E aí conseguimos fazer prestação de contas em agosto, a partir de agosto começamos a comprar. A nossa nutricionista que está ali, que é a Joana, começamos a conversar com a família o que é essa comida, e a partir daí começamos a comprar dentro do município, mas só folha? E aí? Vamos dar só ferro, que é as folhas verdes, né? Para quem entende, né, Joana? Ou mais nutricionistas que aqui estão, a gente consegue, mas e o carboidrato? E as outras vitaminas? E as proteínas onde que fica? E a câmara fria que desde 2007 que o MDS deu e está lá? Cadê as peças? Como que a gente monta? A Joana saiu umas três vezes ali agora para ligar para o moço lá, para ver se a gente monta a câmara fria. Está lá no motor enorme, que a gente está lá um trem lá jogado no canto. O que é isso? Ninguém sabia o que era.

Então, o senhor que é promotor, quando os dois estavam conversando ali, eu falei: Quem são os senhores? Promotor de Justiça, eu tenho Ensino Fundamental incompleto. Ou melhor, agora eu não tenho mais, não, porque eu fiz o tal do Encceja. Então, agora eu tenho. Eu tenho o tal do Ensino Fundamental completo, né? Mas a escola da vida me ensinou, depois de dez anos de cárcere privado, 88 pontos no rosto, [ininteligível] esquerdo, dois abortos obrigatórios. Passei fome... não, passei não, porque as pessoas me deram comida, e três filhas.

Então quando eu vejo as pessoas conversando um assunto desse, que é tão importante, e aí promotor de Justiça que está lá para ajudar, né? Vamos condenar ou vamos absolver, eu falei: Pelo amor de Deus, escuta o que nós estamos falando, uma cidade que tem um tanto de dinheiro e não tem dinheiro, que história é essa? Então, vamos chamar [ininteligível] para soltar o dinheiro que está preso.

[risos]

[aplausos]

SRA. FRANCISCA DE PAULA: Entendeu? Gente, olha o tanto de terra que tem lá. Então, vamos plantar. Moço, eu vim hoje de manhã da Nelson Hungria(F), que aquele tanto de revólver para o meu lado, tanto de... como que chama? Fuzil, que tem desse tamanho assim ó. O diabo do negócio para o meu lado, falei: Ô, meu Deus do céu! E aí, fui conversar com dois caras lá, que o tal do Dr. Paulo Duarte: “Vamos ressocializar”. Aí o coitado do preso vem com a mão para trás assim: “Boa tarde, senhora”. Falei: Oi, moço, boa tarde. Aí falei: Boa tarde. Aí ele: “Sim, senhora”. Eu falei: Olha para mim. Como que ele quer ressocializar o preso que vai plantar, vai dar 1 tonelada e meia para o nosso banco, sendo que ele tem que vir com a mão para atrás e olhar para mim? E aí? Como que ele não pode olhar para mim? Ô, meu filho, solta a mão.

Ele já está lá preso, já está trancado, e ele quer plantar. Não, senhora, eu quero plantar porque eu quero ficar aqui, aqui eu posso pelo menos olhar para o tempo. Se ele mesmo pediu. Então, promotor, por isso que eu perguntei ao senhor: Quantos promotores tem aqui? Eu tenho três filhas, cuidei sozinha, uma está fazendo Direito, a outra, Cida conhece minha família, Andrea conhece minha família, a Renata conhece a minha família, entendeu? Então, assim, as minhas filhas não encaminharam para o lado da droga porque eu tive quem ajudou.

Então, vamos dar a mão para esse povo. Será que é porque eu quase passei fome que eu estou lá tentando ajudar esse povo, né? Os senhores que estavam ali olhando as redes sociais dele, conversando, será que está falando do mesmo assunto? Eu fiquei incomodada, escuta o que nós estamos falando, vamos trazer os homens para cá, que são os prefeitos, que têm a caneta na mão e a tinta? Por que o senhor, Dr. Amauri, parabéns pelo senhor trazer o Leonardo, graças a Deus que não quis ganhar 8 mil lá no estado e foi ganhar 2.500 comigo.

[risos]

SRA. FRANCISCA DE PAULA: Mesmo assistente social. Então, a gente tem que fazer um negócio é de um dia inteiro. Vamos trazer para cá farofa, vamos trazer sei lá o quê, vamos trazer as ‘matu’, as

marmitas e vamos comer aqui nesse trem bonito que vocês têm aqui, né?

[risos]

SRA. FRANCISCA DE PAULA: Vamos para cá, vamos trazer todo mundo? Vamos trazer os homens que assina? É vocês que mandam no negócio, não é nós, não.

[risos]

SRA. FRANCISCA DE PAULA: Não é, Cida? Quem sabe a gente consegue ter dinheiro nos cofres? Gente, eu ouvi uma reclamação, Cida, de um povo, a dificuldade é nós sair. Quando o Dr. Mauro Moretti fala assim: aonde tem repolho crescendo e criança comendo lá eu vou, né? Gente, o maior prazer da minha vida foi fazer composição de Mesa com o Dr. Mauro Morelli, foi representar o Dr. Mauro lá no Banco de Alimentos de Belo Horizonte, virou um elefante branco aquele trem.

Outro dia, eu fui buscar 4.300 quilos de batata-doce lá em Formiga porque ia jogar fora. Aí a minha prefeitura não tinha 150 reais para colocar diesel no caminhão que vocês deram para nós. E aí? Mesa Brasil outro dia deu 800 quilos de cenoura, não tinha diesel para buscar. Vamos fazer caixinha, vender caixinha de madeira, fomos buscar. A gente busca de manhã, de tarde não tem uma cenoura no banco, sabe por quê? As entidades de apoio buscam, casa de recuperação, imagina, 24 homens drogados querendo comer. Tem que amarrar no toco, né? Não é para bater, não, é para não correr e fumar mais droga. Gente, vocês não sabem o que eu estou falando. Imagina um homem desse tamanho aqui querendo comer, né? Querendo comer nem eu, né? Estou aqui, mas não querem.

[risos]

SRA. FRANCISCA DE PAULA: Estão querendo comer comida. Olha, eu vou parar de falar que ainda vou falar besteira. Eu falei que...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA: Para, Chica.

[aplausos]

SRA. FRANCISCA DE PAULA: Olha. Olha aqui, eu falei que eu dou um caldo, mas ninguém quer tomar, mas tudo bem.

[risos]

SRA. FRANCISCA DE PAULA: Então, a gente tem que rir para não chorar mesmo. Olha aqui, eu queria que o Leonardo tivesse aqui, parabenizar ele, professor, que falou comigo: “Vamos a diferença em Ribeirão das Neves?”. Vamos. Parabenizar meu prefeito, que falou comigo assim: ó, te dou carta branca.

Estava lá ganhando um dinheirinho [ininteligível], eu falei que eu ia sair, ele falou: “Eu vou dobrar seu salário para você ficar, te dou um carro segunda e sexta-feira, vai andar por esses lugares, e vai pedir dinheiro a esse povo e parceria”. Então, é por isso que eu estou aqui.

Então, Dr. Amauri, no dia 17 nós vamos fazer um encontro lá do campo para a cidade. Eu queria que o senhor fosse lá, chamar o senhor para a Mesa, para falar isso que eu estou falando para o prefeito: dá dinheiro para nós, que a Cida falou para você dar dinheiro para nós.

[risos]

SRA. FRANCISCA DE PAULA: Para nós fazer esse negócio aqui. Ô, gente, olha, obrigada, desculpa a presepada, mas é assim que a gente tem que viver, se não a gente chora, viu? Obrigada. Obrigada.

[aplausos]

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Tá bom, Chica. Tá certo. Alguém queria fazer alguma pergunta para a gente poder, mesmo com poucas perguntas, fechar esse evento? Fala, Antônio. Fica à vontade.

SR. ANTÔNIO JOAQUIM SCHELLENBERGER FERNANDES: Não é exatamente uma pergunta, eu quero cumprimentá-lo, Amauri, pela iniciativa, pelo evento e a escola, né? Um aspecto importante que isso vem do Procon, né? Da área de defesa do consumidor. E uma das coisas que é muito esquecida na questão do consumidor é o problema do acesso ao consumo, porque até pela... no início, o Helvécio colocou bem isso, fala: bom, isso é consumidor, não, isso é direitos humanos, isso é cidadania, né? Então, é um tema que é mais que o direito do consumidor.

Embora, aqui em Minas Gerais, eu acho que na defesa do consumidor a área de alimentos sempre foi uma área forte, né? Sempre houve uma preocupação muito grande dos promotores com o que seria o que a gente pode chamar de consumo social, se preocupar com alimentos, qualidade de alimentos, qualidade da água e a questão do acesso ao consumo, porque às vezes, o direito do consumidor se desvirtua um pouco e vai para o aspecto econômico. Então, gostei de estar aqui, de estar lembrando muitas coisas e acho que é importantíssima a presença do procurador Afonso Henrique aqui, que é um lutador, né? E é uma parceria importantíssima e queria concordar com a Chica aqui, precisaria ter mais promotor, e eu acrescentaria vários outros, área de direitos humanos, área da saúde, e que talvez, Amauri, acho que você vai se lembrar que em 97, eu acho que você era promotor em Sete Lagoas...

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: [ininteligível] cidadania. Fala um pouquinho, fala um pouquinho aí, Antônio. Fala um pouquinho.

SR. ANTÔNIO JOAQUIM SCHELLENBERGER FERNANDES: Então, talvez... Afonso talvez estivesse lá em Nanuque ainda, não sei.

SR. AFONSO HENRIQUE DE MIRANDA TEIXEIRA: [ininteligível]. Direitos humanos.

SR. ANTÔNIO JOAQUIM SCHELLENBERGER FERNANDES: Direitos humanos. Mas a gente fez mais ou menos algo que foi a sugestão do Helvécio, é o promotor como articulador. O que a gente fez? A gente saiu e rodou o estado todo, exatamente, a Promotoria ia junto com a Vigilância Sanitária, ia junto com o IMA, ia junto com o Emater, ia junto com vários órgãos porque a gente notava exatamente o problema persiste, assim, o estado não conhece o estado e o estado não conhece o município e as políticas não conversam entre si. E as pessoas às vezes ficam presas dentro dos seus órgãos e dos seus poderes e ficam com disputa de poder. Ah, porque o outro está fazendo e está entrando na minha área, não sei o quê.

E o que a gente fazia era justamente falar: não, não tem área de ninguém, isso aqui é das pessoas e a gente está fazendo para as pessoas. Seria o caso de refazer uma caravana assim de sair porque há realmente uma dificuldade, né? A gente devia estar com a sala cheia de promotores, mas é muito difícil trazer e convocar, ainda mais o promotor que é esse que tem mil atribuições. Mas a gente pode ir até ele e levar, já ficou acertado de fazer um kit com o secretário, de montar. E eu acho que o ideal seria ir, né? Acho que tenho certeza que conflitos agrários participa e o pessoal da saúde e...

[falas sobrepostas]

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Chamar todo mundo, coordenadores.

SR. ANTÔNIO JOAQUIM SCHELLENBERGER FERNANDES: Sim, sim, e os órgãos, mas eu acho que eu falei muito. Só queria dizer parabéns a todos, muito bom estar aqui com vocês e da Procuradoria, no meu caso, é uma Procuradoria de Direitos Confusos e lá a gente vê de tudo, né? Hoje, talvez o maior volume seja saúde, mas depois tem uma questão ambiental. Aliás, também não mencionei, mas também o meio ambiente tem que estar presente, tem que estar presente. O que o Afonso coloca, quer dizer, a gente está degradando o que a gente pega, por exemplo, nas nossas ações ambientais a gente está vendo isso, a briga maior é no triângulo, no triângulo o quê? Acabando com as áreas de reserva legal para implantar monocultura.

Então, eu tiro tudo e ponho uma monocultura que não serve às pessoas que estão ali, né? Então, meio ambiente também, e a Procuradoria de Direitos Confusos está aqui apoiando e cumprimentando, e cumprimentando a todas as instituições participantes, a Secretaria do Planejamento, Caisans, o conselho. E a partir do conselho que é o mais importante, a sociedade civil, o controle social, que a gente consiga realizar isso levando a entidades da sociedade civil, o conselho, que ficou bem claro na sua fala, que precisa de apoio, para o conselho ir, tem que ter o carro, a gasolina e algum apoio. Isso a gente tem que lutar para viabilizar. Parabéns, Amauri.

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Obrigado, Joaquim.

SR. ANTÔNIO JOAQUIM SCHELLENBERGER FERNANDES: Parabéns a todos.

[aplausos]

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Joaquim, obrigado. Só fazer um comentário, a gente convidou todos os coordenadores que têm interface com esse tema e nem todos puderam vir, por conta de outras atividades. Mas eu acho que a gente vai marcar essa reunião com a Renata, lá com a Caisan, eu te convido, se você quiser participar, eu te falo da data, o Afonso também. E eu acho que a gente pode fazer um trabalho que seja transversal e eu acho que a gente pode levar isso para o Fórum de Resultados Para a Sociedade, que a gente se reúne. Porque ali nós temos todos os coordenadores, a gente convida o Difusos também e ali pode sair um embrião de uma articulação interna que vá render futuros para a sociedade, né? Então, acho que a gente pode fazer dessa forma, faz a reunião, tenta produzir um documento simples, que eu acho que não tem nada difícil, a gente reúne e...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: [pronunciamento fora do microfone].

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Pois é.

SR. ANTÔNIO JOAQUIM SCHELLENBERGER FERNANDES: Só mais uma coisa, eu achei interessantíssimo no plano o foco no arroz e feijão, que aí vendo o Afonso que é o entusiasta lá do... brizolista, né? Quando... Brizola que quando fez lá levou o Dutra de Ribeirão Preto para poder com esse projeto do arroz e feijão, e vocês estão resgatando essa ideia do arroz e feijão aí, muito bom.

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Não, e isso não é coincidência, Antônio. O arroz e o feijão, pelo Guia Alimentar, é a combinação de alimentos mais perfeita. É a mais perfeita. Então, só também falando um pouquinho para a Chica aqui, a gente foi convidado para fazer uma palestra agora em junho no Congresso Estadual dos Municípios, da Associação Mineira de Municípios e eu marquei uma reunião com o presidente da AMM e a gente vai combinar o tema. E eu acho que esse tema, ele

pode entrar também nessa discussão, entendeu? Eu acho que pode entrar nesse tema.

[aplausos]

SRA. FRANCISCA DE PAULA: [ininteligível] vai estar lá.

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: É. Agora, mais alguém gostaria de fazer uma pergunta, uma consideração? Pois é, como a Cida não falou ainda, Cida, eu queria só te passar para você fazer suas considerações finais. E aí a gente, acho que encerra aí com algumas propostas boas de trabalho.

SRA. MARIA APARECIDA RODRIGUES DE MIRANDA: Considerações finais. Gostaria de reforçar, essa visão da participação como uma estratégia fundamental para garantir políticas como essa que são essencialmente intersetorial, mas chamar a atenção para um aspecto da participação que às vezes a gente não pensa muito sobre ele. É que é uma participação ativa, inclusive de quem faz e quem executa as políticas públicas e de quem media também essas políticas públicas.

Então, durante muito tempo, a gente olhou para a participação achando que é a participação da sociedade civil, mas não, nessa visão de construção de política pública na interseção entre sociedade e poder público, é o técnico, o gestor, a Chica é uma gestora de segurança alimentar de Neves, ela deve, sim, ir lá para dentro dos espaços botar suas ideias, defender suas ideias, assim como a nutricionista, referência técnica da alimentação escolar, deve estar ali como uma cidadã profissional de nutricionista, responsável técnica pela alimentação escolar, debater e botar suas ideias. Isso significa, nós temos a coragem de quebrar as caixinhas, né? E de reconhecer o espaço da participação como um espaço legítimo para a sociedade civil e para os agentes públicos poderem aprimorar as políticas públicas e ampliar a capacidade de atender integralmente o cidadão.

Então, eu queria chamar atenção para esse aspecto que eu acho muito importante e fundamental aqui na discussão de segurança alimentar e, por último, a questão da exigibilidade, sabe? Porque eu falei um pouco correndo por causa do tempo, mas a adesão. O Sisan é por adesão, é adesão do estado ao nacional, é adesão do município ao Sisan, é adesão das instituições da sociedade civil. Mas, garantir ao direito humano à alimentação adequada não é por adesão, é por exigibilidade.

Então, eu acho que é um grande debate que o Ministério Público pode nos ajudar a fazer. Por que o município vai negar uma organização, um arranjo institucional para garantir que a sua população tenha direito ao alimento com qualidade, com responsabilidade, né?

Então, assim, acho que uma boa conversa, clara, com toda essa rede de promoção de direitos e

também com os gestores e com quem executa essas políticas, que são os servidores públicos, eu acho que a gente tem possibilidade de avançar imediatamente, né? E a questão da exigibilidade, que não tem como assim, não tem como eu dizer: eu tenho a opção de não fazer, eu tenho a opção de não fazer a segurança alimentar. Eu não tenho essa opção, nem a sociedade tem, nem eu como indivíduo tenho, e muito menos o Estado, né?

Então acho que a iniciativa aqui é importantíssima, realmente, é um primeiro passo, né? Um segundo passo, vamos dizer, porque já houve outros encontros, né? Mas nessa perspectiva de pensar nesse conjunto e trazer o Ministério Público, todos os seus aspectos de atuação. Eu saio daqui com muita esperança, mais uma vez, queria agradecer e dizer que é por aí mesmo, vamos nessa que vai dar certo.

SR. PRESIDENTE AMAURI ARTIMOS DA MATTA: Pois é, Cida, eu acho o seguinte, eu acho que com o apoio do Antônio Joaquim que é nosso colega dos Direitos Confusos, do Afonso, dos outros colegas que estão nas coordenações que não puderam vir, mas todos têm a noção precisa da importância do tema com o Consea, com a Caisan, e com os colegas nossos e com o apoio da Chica, do Leonardo, eu acho que a gente vai criar um bom argumento para a gente levar a política para o interior. Então, eu acho que vai fazer parte desse trabalho de mostrar assim de uma forma clara toda a ligação que existe do tema com as diversas áreas de atuação, a gente cria um bom argumento. E quem sabe lá na fala da AMM a gente já possa passar esse argumento lá tentando sensibilizar os prefeitos, né?

Pessoal, com isso eu queria agradecer a presença de todos os convidados e só dizer que no dia 15 de maio nós teremos o 16º Encontro de Consumo e Regulação, que é um encontro voltado para as autoridades aqui ao Ministério Público e conversar com a sociedade, para que a sociedade possa, com tranquilidade, debater esses temas. Então, nós traremos então o Inmetro, que vai falar sobre as funções que ele desenvolve no dia a dia, focando na defesa do consumidor. Então, a gente vai ter essa fala no dia 15 de maio, às 14 horas, nesse auditório. Com isso, a gente declara encerrado mais esse encontro e deseja a todos aí um bom retorno para suas casas.

[aplausos]

[falas sobrepostas]